



PROCESSO	-
INTERESSADO	CATHIS-CAU/SP
ASSUNTO	Relatoria do II Ciclo de Debates Vivenciando ATHIS

DELIBERAÇÃO Nº 28/2022 – CATHIS-CAU/SP

A COMISSÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – CATHIS – CAU/SP, reunida ordinariamente na sede do CAU/SP e com possibilidade de participação remota pela plataforma Microsoft Teams, no uso das competências que lhe conferem os artigos 91 e 102-B do Regimento Interno do CAU/SP, após análise do assunto em epígrafe, e

Considerando o inciso XI do artigo 91 do Regimento Interno do CAU/SP, que dispõe sobre a competência das comissões ordinárias e especiais de *“apreciar, cumprir e fazer cumprir a execução das metas previstas nos planos de ação e orçamento [...]”*

Considerando o inciso II do artigo 102-B do mesmo Regimento, que dispõem sobre a competência da CATHIS-CAU/SP de *“Sugerir ações de difusão da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social, considerando a produção habitacional autogestionária, as melhorias habitacionais em assentamentos humanos, urbanos ou rurais e a defesa de direitos à moradia digna e à cidade e contra remoções forçadas, no âmbito de suas competências”*;

Considerando a Deliberação nº 22/2022 – CATHIS-CAU/SP, que revoga a Deliberação 20/2022 – CATHIS-CAU/SP e aprova a realização do II Ciclo de Debates Vivenciando ATHIS;

Considerando a realização do II Ciclo de Debates Vivenciando ATHIS nos dias 03, 04 e 05 de novembro de 2022 nos auditórios da FAU Mackenzie, em São Paulo.

DELIBERA POR:

- 1 – Aprovar o documento de relatoria do II Ciclo de Debates Vivenciando ATHIS, conforme anexo.
- 2 – Encaminhar a presente deliberação à presidência.

COM 9 VOTOS FAVORÁVEIS: Tatiana Reis Pimenta, Fernanda Simon Cardoso, Débora Sanches, Victor Chinaglia Junior, André Luis Queiroz Blanco, Camila Moreno de Camargo, Thais Borges Martins Rodrigues, Kelly Cristina Magalhães, Renata Frago Coradin.

São Paulo, 09 de dezembro de 2022

*Victoria
Machado*



Victória Machado

Assistente – Secretaria Geral dos Órgãos Colegiados

ANEXO I



Relatório do II Ciclo de Debates Vivenciando ATHIS

Dias 03, 04 e 05 de novembro de 2022

Local: FAU – Universidade Presbiteriana Mackenzie

**ORGANIZAÇÃO: COMISSÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA
HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – CATHIS – CAU/SP**

Coordenadora: Fernanda Simon Cardoso

Coordenadora Adjunta: Débora Sanches

Conselheiros: André Luis Queiroz Blanco; Camila Moreno de Camargo;
Thais Borges Martins Rodrigues; Kelly Cristina Magalhães; Renata Fragoso
Coradin; Tatiana Reis Pimenta e Victor Chinaglia Junior.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	2
1. Mesa 1 – Como estruturar ATHIS como política pública de Estado?	5
2. Mesa 2 – Apresentações dos projetos realizados em parceria do CAU/SP (Termos de Fomento Editais nº 003/2021 e nº 006/2021)	15
3. Mesa 3 – Apresentações dos projetos realizados em parceria do CAU/SP (Termos de Fomento Editais nº 003/2021 e nº 006/2021)	29
4. Mesa 4 – Lei de ATHIS nos municípios	47
5. Mesa 5 – Orçamento Público para ATHIS	59
6. Grupos de trabalho: Desafios e possibilidades para o campo da ATHIS	71
6.1 G1 – Regularização Fundiária, Urbanização de Assentamentos Precários e Acesso à Terra	71
6.2 G2 – Melhorias Habitacionais e Arquitetura Pública	73
6.3 G3 – População em Situação de Rua	75
6.4 G4 – ATHIS, Movimentos Sociais, Gênero e Raça	77
6.5 G5 – Autogestão na produção de Habitação de Interesse Social	79
6.6 G6 – Fundo Nacional de ATHIS	82
7. Visitas em áreas que receberam fomento de ATHIS	84
7.1 Projeto “Neusa Paviato de Melhorias Habitacionais da Comuna da Terra Irmã Alberta	84
7.2 Projeto Ocupação Anchieta, Grajaú	85
7.3 Conjunto Alexios Jafet	86

INTRODUÇÃO

A Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) é um direito fundamental para a conquista de cidades mais justas e igualitárias, assim como do direito à moradia digna. A Lei Federal nº 11.888/2008 assegura o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para a elaboração de projetos, construção, reforma e ampliação das habitações, como parte integrante do direito social à moradia nas cidades brasileiras.

A ATHIS vem crescendo e se configurando como um campo de atuação fundamental para arquitetas/os e urbanistas, demandando especial atenção do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, que vem regularmente destinando recursos para fomento de parcerias com organizações da sociedade civil, capacitações, debates e campanhas relacionadas à assistência técnica para habitação de interesse social. Nestes pouco mais de 10 anos de vida, o CAU/SP tem demonstrado, através de suas atividades, as possibilidades de uma atuação direta e articulada, que cumpre suas obrigações junto aos profissionais e à sociedade e realiza ações que constroem importantes pontes entre as políticas públicas e a vida cotidiana.

Nessa segunda edição, o evento II Ciclo de Debates Vivenciando ATHIS debateu os desafios da estruturação de ATHIS como política pública de Estado, foram apresentadas experiências de implementação de leis de ATHIS em municípios paulistas e refletiu sobre o orçamento público para ATHIS. Duas mesas foram dedicadas à apresentação e divulgação das ações realizadas através das parcerias firmadas entre o CAU/SP e Organizações da Sociedade Civil (OSCs), fomentando o debate sobre a atuação profissional em ATHIS e compreendendo seus avanços ao longo dos últimos anos. Também, foi debatido o conteúdo do Compromisso do CAUSP para ATHIS (2023-2028), com a sociedade através de grupos de trabalho com temas específicos com desafios e possibilidades para o campo da ATHIS (como regularização fundiária; urbanização de assentamentos precários e acesso à terra; melhorias habitacionais e arquitetura pública; população em situação de rua; movimentos sociais, gênero e raça; autogestão na produção de HIS e Fundo Nacional de ATHIS). O encerramento foi realizado a partir de visitas em áreas que receberam fomento de ATHIS do CAU/SP por meio de chamada

pública, como o empreendimento Alexios Jafet, ocupação Anchieta, Comuna da Terra Irmã Alberta, também encontro no Monte Verde.

A seguir, as mesas, grupos de trabalho e visitas realizadas, aproveitamos para agradecer todos e todas que contribuíram com as funções de moderar e relatar as mesas, bem como participantes e convidados.

Programação - Dia 03/11 (quinta)

Credenciamento e café

Abertura do anfitrião

Rev. José Carlos Piacente Júnior – Capelão Universitário

Marco Tullio de Castro Vasconcelos – Reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie

Abertura institucional

Nadia Somekh – Presidente CAU/BR

Catherine Otondo – Presidente CAU/SP

Angélica Tanus Benatti Alvim – Diretora da FAU Mackenzie

Palestra inaugural: Por um novo paradigma para Arquitetura e Urbanismo no Brasil

Ermínia Maricato – BR Cidades

1. Mesa 1 – Como estruturar ATHIS como política pública de Estado?

A Lei nº 11.888/08 é autoaplicável, e se não é aplicada como política pública nos municípios, revela ausência institucional. Em contrapartida, é dever da União fornecer apoio financeiro aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios de maneira que os serviços sejam custeados por recursos de fundos federais direcionados à habitação de interesse social. O Estado de acordo com as suas atribuições e competências deve concretizar o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia previsto no art. 6º da Constituição Federal.

Moderação: Débora Sanches – CATHIS-CAU/SP

Relatoria: Celso Sampaio – FAU Mackenzie

Douglas Tadashi Magami - Defensor Público do Estado de São Paulo

Iniciou saudando a mesa e a professora Erminia.

Autoconstrução como regra, e o papel na produção do espaço nesse cenário. O enquadramento da ATHIS no ordenamento jurídico. O papel da defensoria pública. A ATHIS como política pública. As vítimas do processo de ocupação se tornam réis.

A Constituição Federal, reconhece nossa desigualdade social e coloca um programa normativa, como a redução dos problemas sócios espaciais. propõe um programa de transformação, intervenção do estado na economia, políticas públicas, e a política de ATHIS se insere neste cenário.

Artigo 23 da CF – que coloca ao lado da necessidade de produção colocou também o melhoramento habitacional. Está na CF, o “Direito a Arquitetura” que se insere neste normativo onde a CF coloca como uma forma de superação das desigualdades.

Lei Federal 11.888 – define a política pública que deveria ser permanente, acessível a grupos e comunidades. Os destinatários, grupos, associações de moradores - responsabilidade comum e federativa. Não precisa ter uma lei municipal, a lei federal é autoaplicável. Município de Chapecó - RS, considerou a lei 11.888 como autoaplicável. Não precisa ter um fundo público, o dinheiro da construção/produção pode ser o mesmo.

Para fins de cobrança do poder público não precisa ter um recurso previsto para isso. A melhoria tem que ter a participação da comunidade e ATHIS tem que se ater a grupos coletivos, ZEIS, mutirão.

O Potencial dessa política como ... O conflito de mediação pode ser um caminho para conquistas, exemplo de auto urbanização como o plano popular propôs a ligação de esgoto (Peabiru).

Política pública de ATHIS é muito importante e após a pandemia retomamos o contato com diversas assessorias técnicas com a presença de universidades, vamos realizar uma audiência pública, com comunidades beneficiadas, CAU, universidades, secretário de habitação, procurando mostrar a importância da política de ATHIS e a destinação de orçamento municipal para implementar a política.

Mário Reali - Assessor Especial de Gabinete – Prefeitura Municipal de Diadema

Iniciou saudando a mesa, ao Mackenzie, a Erminia e suas importantes provocações.

Saudando a importância das atividades do CAU nesta última gestão. A maneira de trabalhar no início dos governos populares, nos pós abertura política. Os governos Lula inibiu ou colocou a reboque as experiências anteriores ligadas aos movimentos de moradia, pela autogestão, com o apoio de Assistência Técnica.

Depois do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, alguns projetos ficaram numa dependência de uma política clara, se desmontou uma estrutura existente. O subsídio o grande motor dessa política mingou. O samba de uma nota só, na política habitacional. E preciso retomar a construção de um processo democrático nas ações da política pública para habitação.

Diadema tem parcerias atualmente com Mackenzie, FAU e Residência com FAU. O município tem hoje um novo desenho de política pública com a interdisciplinaridade. Diadema tem um histórico de política habitacional, urbanização de favelas, uma das primeiras cidades a implantar um zoneamento especial para fins habitacionais, declarando várias favelas como PREZEIS, Diadema tinha 1/3 das pessoas morando em favela, e junto com esse processo de transformação foi pautada na questão do orçamento. Hoje é preciso repensar a política e o SUS atua de uma maneira importante que precisamos aprender com ele.

O BR perdeu renda, não existe mais programas e o povo resolve a questão da moradia como pode, o território era mais vibrante e a ausência do Estado provocou a ação da milícia, do crime, e as igrejas são um respiro para as pessoas transitarem, essa é a nova realidade das cidades e Diadema passa por isso.

O desaparecimento do PMCMV trouxe um problema para quem estava construindo através dele uma alternativa de produção habitacional, como por exemplo para as associações que já tinham conquistado um terreno.

E na periferia, o crime, a milícia ocupa o espaço deixado pelo Estado. Em Diadema vemos um modelo do que vem acontecendo nas favelas atualmente, o adensamento nas favelas, provocando o encortiçamento da favela, lajes separam as casas que crescem na vertical. Qual é o limite desse adensamento? Temos que entrar com mais atores com

possibilidade de alternativas para HIS no país. Esse dialogo do CAU tem uma importância muito grande, as assessorias técnicas tem uma importante participação, como no governo da Luiza Erundina.

Temos muito o que fazer, o CAU da essa pista e precisamos começar a modelar uma política, que desarticule os recursos, uma política social integrada e a educação pode ser central.

No isolamento (pela pandemia) os alunos ficaram sem inclusão digital e sem aulas, é preciso disputar o uso das ferramentas, como trabalhar um novo patamar de discussão do orçamento, decidir de verdade com a população como aproximar o emprego e a moradia, a economia local tem que estar nesta referência, a alternativa de produção local tem que contar com essa alternativa (do digital). Tem que entrar nesse conteúdo de criar uma rede de economia local dentro desse território.

Eu tenho uma visão do SUS, temos que aprender, essa ação Inter federativa, atribuindo competências para cada nível, essa diversidade de ações no território, o médico da família que cria vínculo, ela é central, você no território tem que ter esse vínculo e integrar com as pessoas o uso dos espaços e dos territórios, estimular a sociedade a enxergar o profissional arquiteto não como artigo de luxo, mas sim como um profissional que pode ajudar a resolver problemas das pessoas.

Tem que pensar em flexibilizar a legislação de regularização fundiária que garanta a realidade local, com flexibilidade de atender essa diversidade de programas. Tem que fazer esse debate estratégico para o futuro do país.

Evaniza Rodrigues - União dos Movimentos de Moradia

Iniciou agradecendo a oportunidade de falar nesta mesa e destacou que a vitória nas urnas veio da organização e energia das comunidades periféricas e não podemos deixar essa energia esvaziar, essa energia que vem da periferia e a forma de se relacionar com a cidade.

O Movimento Popular sempre encarou como assessoria técnica e política, a defesa de direitos historicamente negados. Em diferentes lugares é uma aliança política de projeto de cidade, uma ação que promove organização. A organização vem sempre antes da obra. Nas políticas públicas de transformação do território, deve-se ter um

reconhecimento da população que são protagonistas nessas ações e que tem na assessoria técnica como parceiros de vida.

Cada projeto é um filho, 20 anos depois, a relação continua são processos importantes que começam muito antes. ATHIS em toda a política habitacional, participação, autogestão, assistência técnica, apoio em todo processo da política pública.

Melhoria habitacional que pode ser feita. A assistência técnica tem que ajudar a discutir as alternativas das recomendações do poder público. ATHIS na forma de participação popular, ações de controle social e participação.

No Conselho Municipal de Política Urbana - CMPU, a cada três meses os conselheiros são chamados a votar, mas não a participar. Falta assistência técnica que ajude a traduzir o que já vem pronto.

Recursos para ATHIS, muitas vezes restritas no tamanho e no tempo, só que o trabalho começou dois anos antes e não tinha nenhum programa que apoiasse isso, segundo a Caixa Econômica Federal - CEF é risco e o ente público não pode assumir o risco, então as famílias tinham que assumir todos os riscos, porque alias vivem em risco.

Autonomia de escolha de quem faz assistência técnica, autonomia da organização popular, a multidisciplinaridade, marco regulatório de organizações sociais. Travam o trabalho de quem não conhece.

No Programa "*Pode entrar*" não tem recursos de assessoria jurídica, isso é um problema porque todos os projetos dependem de uma participação jurídica.

A essência da construção da política pública. Temos que construir outro jeito de fazer, temos um site da autogestão. Experiências práticas da comunidade. Projeto de Lei da autogestão. Ação propositiva, apresentado no Congresso Nacional um PL da Autogestão. Conceitua e propõe um programa de melhoria, produção, regularização e propriedade coletiva.

Tiago Holzmann da Silva - Presidente do CAU/RS

A partir de um entendimento do CAURS - começamos como fim, não teremos a curto prazo um atendimento a moradia, e optamos por não aguardar, temos que esperar resultados, não temos a lei de 2008 aprovada e sendo usada. A CF prevê, mas não temos

como o SUS, ou Creches e Escolas, na área do direito temos a Defensoria e na Arquitetura não temos.

Nós nos associamos ao SUS tem legislação e fomento, qual foi o nosso entendimento em 2018, a colocação de um arquiteto junto as equipes de saúde, a ficha da saúde tem questões, mas a saúde tem remédio para doença, mas não para a casa. Nós temos a responsabilidade de cuidar da casa. O custo de cuidar da doença é o custo da casa, e ao cuidar da doença não melhora a casa e a doença continua em outras pessoas.

Temos que considerar que 70% dos problemas habitacionais, não são de novas unidades, a vida do ponto de vista urbano está resolvido, mas a casa não pode ser exilada da comunidade onde morava.

Projeto Casa Saudável - um arquiteto junto com os profissionais da saúde, eles não resolvem o problema que nós podemos ajudar a resolver. A partir de fique em casa e lave as mãos, criamos nenhuma casa sem banheiro, com adesão do governo do estado, defensoria, tribunal de contas, ONU habitat, município. Em 1,5 ano, entregando 500 banheiros em periferias, 559 banheiros.

Temos que sensibilizar, o CAU é uma instituição federal, não é uma entidade, o CAU não pede, o CAU manda. Temos que usar esse poder, as entidades tem um limite de atuação e o CAU tem que empregar recursos para virar a chave e implementar uma política de verdade.

Assistência Técnica em todos os níveis. Precisamos reunir lideranças e exigir que o novo governo cumpra a lei, que ja tem quinze anos. A experiência do CAU mostra que as famílias confiam nos técnicos, porque sabem que nós podemos ajudar a melhorar a doença de suas casas.

Perguntas.

Vitor (sindicato dos arquitetos)

O urbanismo como política de estado, a prefeitura entende que estão fazendo um favor, temos que transformar a nossa profissão e carreira de Estado. Uma lei que continua depende de um favor da prefeitura.

Rayssa (Prefeitura de Taboão)

Parabenizou a mesa e o CAU. Comentou com Douglas o surgimento do núcleo da defensoria em Taboão, a prefeitura está ajudando o núcleo a se implantar, pergunta ao Douglas o papel da defensoria e como articular com os advogados do direito à moradia pensando em transversalizar o direito à moradia e as políticas públicas.

Fernando Simon (ATHIS/CAUSP)

O FNHIS foi um processo intenso, foi uma briga que virou 14 anos para virar uma lei, e dentro do FNHIS já teve uma ação de ATHIS, é importante discutir e retomar o FNHIS como fundo que depende do orçamento geral da união, e se sujeita a disputa do orçamento. A experiência tinha tanta burocracia que a maioria foi cancelado. Refletir sobre o que poderia ser algo mais eficiente na questão dos fundos.

MIROSC - sofrimento para escrever os projetos, na prestação de contas, é preciso fomentar projetos de ATHIS, mas não está claro sobre o CAU pode patrocinar que tipos de ação.

Graça (UMM)

Parabenizar o evento. Douglas, como a defensoria pode fazer uma recomendação para os municípios cumprirem com a lei de assessoria técnica gratuita. Mario, vocês estão conseguindo produzir novas moradias e regularização fundiária. Evaniza, sobre a lei da autogestão, você poderia falar um pouco sobre a incidência da legislação. Tiago, pode explicar um pouco mais sobre o valor de R\$30.000 para construir uma casa.

Claudia Pires

Parabenizar a mesa. Vocês falaram sobre a implantação da ATHIS no município, já são 14 anos de entrave na aplicação da Lei. João Whitaker escreveu um artigo recente, sobre a forma patrimonialista e sobre a ocupação das cidades. Douglas tem que refletir sobre a obrigatoriedade da CF. Não se pode ter um fundo desmantelado e os recursos terem outra destinação. Temos que lutar para que o Estado e a Sociedade entenda que a Arquitetura e Urbanismo é uma questão de saúde pública. Citou Pedro Abramo, as milícias e o uso da terra. Se não reagirmos como categoria e sociedade estamos fadados a consumir isso como condição. O CAU pode liderar essa discussão com o novo governo, com uma política de moradia e ATHIS. Temos que repensar no dever do Estado em prover habitação e com isso ter recurso para as etapas iniciais.

Nívia

Interdisciplinaridade, e a distância dos saberes coloca o arquiteto como dono do saber, referência para construção civil no brasileiro é o pedreiro e não o arquiteto e o engenheiro, quando chegamos, o problema está consumado. É preciso refletir a realidade do brasileiro, como o negro e a questão da raça. O público que estamos atendendo talvez não seja quem devemos atender, é preciso enxergar de uma outra maneira inclusive o que estamos focando e a porta de entrada ser a entrada dos outros serviços. A divulgação é importante porque as pessoas não compreendem a importância de itens como aeração. Uma comunicação mais efetiva, queremos transformar a vida, é preciso mudar a linguagem e quem a gente precisa estar do lado.

Arlindo Amaro (morador do Ipiranga)

Citou Estatuto da cidade, legislação, planos de bairros e conselhos participativos, vemos a falta de conhecimento da lei, quando chegamos a câmara, ficamos travados quando o judiciário está presente, o arquiteto precisa conhecer a lei, o Estatuto determina, mas os arquitetos não conhecem as leis urbanas, plano diretor, zoneamento. O saneamento é um problema de saúde pública, o banheiro sem o saneamento não resolve, porque ele é um problema de saúde pública. Os conselhos, as pessoas não tem conhecimento e judiciário atrapalha. Precisamos ter atenção para ter o conhecimento da lei.

Maurílio (SASP)

Parabenizar a mesa, estamos procurando fazer com que o CAU transforme em algo não de gestão, e como nos organizamos com categoria. A centralidade não está na ATHIS, mas no modelo de cidade que estamos inseridos. O modelo de produção, modelo de acumulação e capitalista. Por mais que contratamos a construtora, vamos ter o lucro, como a unidade é transferida, financeirizada ou coletiva. Os recursos não poderiam ir para uma cooperativa e não para uma construtora. É preciso rever o modelo, lutar para uma parte da política pública para a produção nos moldes que a gente acredita, como modelo que estamos construindo. É importante sair deste evento como vamos defender o modelo da terra e da produção, alternativa e não acumuladora. O CAU poderia financiar ações.

Carlos Pinheiro

Não faltam leis e não faltam planos, falta ação. A construção irregular não é atributo do pobre, é preciso fazer com que os técnicos sejam responsabilizados. As áreas de mananciais ocupadas, o poder das milícias a frente. A fiscalização é corrupta (Candido Malta) e o que o CAU faz? O que faz pelos arquitetos?

Temos que colocar a legislação em prática, enquanto não tiver fiscalização não se aplica a lei. Além de lei e plano tem que ter ação.

Respostas:

Douglas

ATHIS existem diversos desafios. Disputa de recursos, modelos de produção. Evitar conflitos, e ocupações impróprias. Questões do papel da defensoria, temos vários como prestar assistência jurídica a quem não tem recursos para pagar advogado. Temos a questão orçamentária como limite, estamos em 43 municípios, por falta de orçamento. Podemos fazer parceria com políticas em implantação de ATHIS, podemos prestar assessoria e praticar e oferecer ATHIS, não projeto e obra, mas na questão da disputa. Defesa do direito à moradia.

Mario Reali

Primeiras questões, leis tem muitas, temos que fazer a lei valer. O CAU é uma autarquia que tem o poder fiscalizatório assim como o judiciário. No judiciário já tivemos decisões que perdemos. Para a lei valer tem que ter mobilizações e dos espaços de participação. O momento de intensificar essa cobrança. Vamos ter que reconstruir muitas coisas. Para ter uma ação revolucionária tem que ter uma correlação de forças. Temos que nos organizar e disputar esse espaço, disputar a narrativa, as instituições e as entidades tem que assumir esse papel de cobrar que governo nós vamos ter.

Como todos os municípios temos em Diadema, problemas para resolver, vários Projetos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC que não foram cumpridos, tem processo de repactuação dos investimentos e a perda financeira fara com que os municípios tenham que investir mais em contrapartida.

As prefeituras que tem instrumentos criaram fundos que podem contar com recursos arrecadados em cada município. como o FUNDURB. Com o acirramento com o aumento

da pobreza temos que pensar no enfretamento deste problema. Como União, Estado e municípios.

Ainda temos uma cidade real e uma cidade legal e temos limitações da fiscalização edilícias em algumas áreas principalmente de loteamentos irregulares. Uma relação entre o setor de aprovação e fiscalização é grande e não depende só de vontade política.

Evaniza Rodrigues

Ressalta que são experiências como essa, com a presença de ATHIS e das pessoas (movimento de moradia) é que vai surgir o novo momento, não vai mais ser como a antiga possibilidade de morar. Temos que pensar na realidade do que temos hoje. A produção habitacional ainda é muito convencional, a realidade da produção do trabalho dentro da casa vai para além do home office, home trabalho. Assistência Técnica é próxima do problema real. Precisamos falar de urbanização para além das obras de saneamento, escolas, cultura, para ter condições de morar melhor, para além. A integração tem que ser cotidiana, normal, saúde, educação, cultura.

Quando a sociedade civil organizada. O movimento é tratado com garantias excepcionais. A responsabilização é entidade e da assessoria técnica como fatores supervenientes. Um arcabouço jurídico e burocrático para inibir o acesso ao orçamento público.

Reconhecimento do direito à moradia tem que reconhecer a participação e mudança na escala necessária da periferia.

Tiago

Graça, o valor de R\$30.000 foi um exemplo, para ilustrar o problema. O CAU vem recebendo críticas, mas entendemos que é preciso romper a inércia, temos que cobrar dos responsáveis. O tema da carreira de Estado é importante para reforçar, como de necessidade efetiva da universidade, não é trabalho voluntário. A lei de assistência técnica é política de estado.

O tema da fiscalização sempre existe. O fato de o CAU existir já é um grande benefício para os arquitetos. Causas coletivas não é com a Defensoria, é com o ministério público.

O CAU RS vem atuando na comunicação para romper essa inércia, via defensoria, prefeitura. Construimos via ministério público, arcabouço para viabilizar, os banheiros por exemplo. Se o município não tem recurso tem que procurar para viabilizar.

Débora

Fez agradecimentos a participação da mesa e da plateia, e a importante contribuição da equipe, finalizando os trabalhos da parte da manhã.

Assim, relatei os trabalhos da parte da manhã da Mesa 1 do evento, II CICLO DE DEBATES VIVENCIANDO ATHIS. São Paulo, 03 de novembro de 2022. Celso Aparecido Sampaio.

2. Mesa 2 – Apresentações dos projetos realizados em parceria do CAU/SP (Termos de Fomento Editais nº 003/2021 e nº 006/2021)

Associação Veracidade: Habitação Social digna e diversificada pela e para a comunidade: moradias expansíveis a partir de um módulo hidráulico na Ocupação Em Busca de Um Sonho

Movimento pelo Direito à Moradia – MDM: Curso Assistência Técnica em Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social: Autogestão, Co-gestão e Mercado

Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais: Projeto AUTOURB-REURB: Assessoria técnica a auto urbanização de assentamento em situação de conflito fundiário e Projeto Como se constrói um arquiteto popular?

USINA Centro de trabalhos para o Ambiente Habitado: Projeto Pré-obra Autogestionária: Projeto, Regulamento e Canteiro Participativos e Projeto Acervo e Memória de Habitação Social Autogestionária

Moderação: André Luis Queiroz Blanco – CATHIS-CAU/SP

Relatoria: Renata Fragoso Coradin – CATHIS-CAU/SP

Abertura da mesa: O conselheiro André Blanco ressalta a importância das ações do CAU a partir da realização dos editais de chamamento de apoio à ATHIS.

A seguir, apresenta os membros da mesa, que apresentarão quatro projetos realizados em parceria com o CAU/SP.

André explica a dinâmica da mesa indicando que haverá debate após a apresentação dos trabalhos.

Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais

Projeto AUTOORB-REURB: Assessoria técnica a auto urbanização de assentamento em situação de conflito fundiário e Projeto Como se constrói um arquiteto popular?

Flavia Massimetti | Tabuá: atuação e formação no território

Flavia inicia explicando sobre o Curso “Como se constrói um arquiteto popular? Trabalho em ATHIS na extensão universitária e na Prática profissional”, realizado em parceria entre Peabiru e Tabuá.

Tabuá é uma assessoria de formação recente, composta por arquitetos recém-formados que em 2019 participaram de um curso de práticas em assessoria e assistência técnica organizado pela Peabiru.

Flavia levanta um questionamento sobre como ATHIS é tratada dentro das universidades. Comentando que é pouco falada e que, em alguns casos, depende de ação pontual de algum professor. Por isso, a partir da oportunidade do edital, pensaram em construir esse curso voltado para alunos de graduação.

Curso de curta duração: 2 meses.

Debates a partir da experiência universitária: Qual o campo de atuação do setor técnico no Brasil? A partir do entendimento de que existe uma articulação de conhecimentos técnicos, sociais e políticos que muitas vezes não aparecem na graduação.

Plano de trabalho estruturado em 4 etapas:

1 - Preparação do curso, elaboração do conteúdo pedagógico, definição dos palestrantes e oficinairos, articulação com os movimentos de moradia, desenvolvimento do primeiro material didático.

2 – Divulgação, inscrições e seleções dos participantes.

3 - Curso: 6 encontros formativos teóricos e 2 encontros formativos práticos.

4 - Balanço e devolutiva, com prestação de contas e emissão dos relatórios, mais a inclusão de legendas no material das aulas gravadas que poderão ser posteriormente disponibilizadas pelo CAU.

Receberam quase mil inscrições (992 inscrições) de vários estados do Brasil. Inicialmente eram apenas 120 vagas. A alta procura foi uma grata surpresa.

Diante disso, fizeram um diálogo com o CAU para ampliação de mais 30 vagas direcionadas a pessoas de outros estados e criaram a categoria de estudantes ouvintes que puderam acompanhar o curso pelo Youtube.

Com relação aos inscritos, 19% eram profissionais já formados, pós-graduandos ou docentes. O que demonstra a importância de fomentar os debates públicos e coletivos sobre ATHIS. Foi dada preferência aos estudantes, público-alvo do curso.

Quanto ao perfil dos participantes, entre os 150, havia boa parte de São Paulo, capital e interior, mais 17 Estados e Distrito Federal participando dos encontros virtuais.

Procuraram organizar um grupo diverso para enriquecer os debates, tentando manter uma equidade racial, configurando:

- 55% de brancos e 45% de não brancos.

- 70% de mulheres e 30% de homens (proporção equivalente aos interessados inscritos).

- 55% instituições particulares e 45% instituições públicas.

- 70% já tinha alguma experiência em ATHIS e 30% estava entrando em contato pela primeira vez.

- 17% estudantes de 1º a 4º semestre; 45% entre 4º e 8º semestres e 38% acima do 8º semestre. Com relação aos estudantes a partir do 8º semestre, muitos informaram interesse para o desenvolvimento do TFG.

Com relação às aulas buscaram criar um roteiro que pudesse “balizar” a discussão. A proposta do curso é que fosse algo introdutório.

Iniciaram com panorama geral sobre os problemas urbanos habitacionais brasileiros e no segundo encontro abordaram a função social do arquiteto urbanista. No terceiro encontro entraram, de fato, nas questões relacionadas à assessoria técnica.

As três primeiras aulas foram mais explicativas, teóricas e contaram com professores convidados.

A partir do 4º encontro já ocorreram as atividades práticas contando com convidados de três diferentes âmbitos que compartilharam experiências a partir da atuação nas assessorias, nas universidades e no poder público. Buscando mostrar ATHIS como um tema transversal e integrado à prática em diferentes espaços.

A seguir foram realizadas visitas às ocupações que ocorreram em 2 dias.

As visitas às ocupações do centro contemplaram os edifícios José Bonifácio 237 e São José 588. Na zona sul foram visitados Jardim do União e Anchieta.

Após as visitas voltaram para sala de aula virtual para trocas de experiências, uma vez que nem todos puderam ir a todas.

Como impacto, identificaram que para muitos esse foi o primeiro contato com uma ocupação.

Durante as visitas foram acompanhados por moradores que atuaram como protagonistas contando a própria história, uma forma de fortalecer a luta pelos direitos, um dos pontos de partida que adotaram para discutir ATHIS. ATHIS como defesa de direitos e não como nicho de mercado.

Como considerações, destacaram a importância do curso como meio para formação de multiplicadores em direção à construção de um campo de atuação profissional.

Com relação à contribuição do CAU neste processo, reconhecem que os editais viabilizam as atuações nos territórios. Também reforçaram o papel do CAU como agente fomentador dos processos formativos qualificando cada vez mais o debate sobre ATHIS.

Associação Veracidade

Habitação Social digna e diversificada pela e para a comunidade: moradias expansíveis a partir de um módulo hidráulico na Ocupação Em Busca de Um Sonho.

Marcelo Fernández I membro e fundador da Associação Maitá

Marcelo se apresenta como membro fundador da Associação Maitá e responsável pela apresentação da parceria junto à Associação Veracidade no projeto fomentado pelo CAU/SP (Termo de Fomento 003/2021).

Explicou que a apresentação será focada no relato da experiência junto à comunidade Em Busca de Um Sonho.

A apresentação foi organizada em 5 partes:

- 1 – Apresentação do projeto e da metodologia
- 2 – Suporte técnico à luta de resistência à remoção
- 3 – Relatos da situação anterior ao edital
- 4 – Ações de apoio - ATHIS como ofício
- 5 – Considerações finais

O primeiro contato da Maitá junto a ocupação Em Busca de um Sonho se deu em 2017 e durante o período até 2021 estavam se consolidando enquanto organização e atuando junto à comunidade. Processo bastante rico que permitiu o amadurecimento da situação para poder propor um projeto junto ao Veracidade que fosse compatível às necessidades dos moradores.

Marcelo comenta também que essa aproximação (com o Veracidade) se deu através de um outro projeto fomentado pelo CAU, em 2017, através de um grupo de pesquisa e extensão na USP de São Carlos. Esse foi o primeiro contato deles com ATHIS.

Ressalta a importância desse tipo de edital para os profissionais formados e em formação como grupos catalizadores para atuar em ATHIS.

Sobre a relação com a comunidade, Marcelo reforça que se iniciou em 2017 quando ainda não estavam consolidados como Maitá, conta que fizeram alguns levantamentos.

A área da comunidade Em Busca de Um Sonho é ambientalmente muito sensível, como a maioria das áreas de ocupações em todo Brasil, tanto do ponto de vista ambiental, como social. A comunidade é formada por 109 famílias que estavam sendo pressionadas para deixar o local, principalmente pela Prefeitura.

A comunidade se organizou e ocorreram articulações entre o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto) e a Maitá. Uma série de estudos urbanísticos e jurídicos foram realizados.

Marcelo falou sobre a importância da interdisciplinaridade citando que a própria Maitá tem como membros advogados, engenheiros ambientais e civis. Comentou que entendem que ainda há espaço para a colaboração de outros profissionais como biólogos, por exemplo, citando que essa diversidade é muito importante para enfrentar as múltiplas complexidades que fazem parte deste meio de ATHIS.

Anteriormente à consolidação da assessoria, a ocupação recebeu uma sentença judicial para realização de REURB-S. Situação favorável que deu um pouco mais de tranquilidade quanto à possibilidade de não remoção.

A partir dessa sentença se acentuou a atuação da assessoria para realização de trabalhos de ATHIS que coincidiu com a divulgação do edital de ATHIS pelo CAU/SP, realizado em parceria com a associação Veracidade.

Objetivo: em conversa com o setor público municipal, criar projeto para as unidades habitacionais.

O projeto se organizou em 8 etapas:

1 - Preparo: etapa mais organizativa e burocrática / alinhamento de equipe.

2 - Levantamento: toda a área foi levantada com drone, ação que somente foi possível porque tinham profissionais capacitados, pois não tinham recursos financeiros para essa contratação.

3 a 5 - *Workshops* de capacitação com a comunidade para poderem ter uma discussão um pouco mais qualificada sobre a casa e o habitar e conhecerem as necessidades das 109 famílias o que representa as dificuldades enfrentadas para elaborar um único modelo de casa.

6 – Aprovação do projeto junto à comunidade

7 - Elaboração e envio do projeto legal para a Prefeitura.

8 – Conclusão do projeto e cumprimento das etapas mais burocráticas.

Como considerações finais Marcelo ressalta a importância desse momento de crescimento do campo de atuação em ATHIS. Importância e necessidade de conscientização dos saberes e experiências próprias dos moradores, envolvendo-os ativamente na elaboração dos projetos.

Importante entender a trajetória da Maitá como assessoria e os caminhos trilhados para sua consolidação. O arquiteto cita que tiveram uma longa caminhada ainda como voluntários e ressalta a importância dos editais e necessidade de que também partam de outras esferas.

Reforça a contínua contribuição dos trabalhos de ATHIS enquanto direito pela moradia adequada e cita a importância da proximidade e articulação com o poder público. Como grande desafio destaca conhecer as possibilidades de atuação em ATHIS.

Movimento pelo Direito à Moradia - MDM

Curso Assistência Técnica em Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social: Autogestão, Co-gestão e Mercado.

Maria do Amparo e Rodrigo

Maria do Amparo se apresenta como assistente social e membro do MDM, um movimento que já atua “nessa luta” há um bom tempo. Têm cerca de mil associados e, no momento, 3 projetos em andamento:

- Tiradentes elaborado para 300 unidades e parceria com mais duas entidades totalizando 900 unidades (habitacionais). Maria comenta que atualmente o projeto está parado devido problemas de gestão.

- Guarapiranga, onde atualmente se localiza a sede é um projeto que irá beneficiar 600 famílias.

Maria cita ainda outros dois projetos, um em andamento para 84 famílias que, segundo a assistente social “está no forno” e outro na zona sul que está um pouco “mais enrolado” com a Prefeitura.

Comenta que o MDM desenvolve projetos em diversos âmbitos e que essa já é a segunda parceria com o CAU.

Maria compartilha a visão da importância dos profissionais de arquitetura e capacitação dos associados e das lideranças, compreendendo como os projetos são desenvolvidos junto ao poder público. Cita que também participam do Conselho Municipal de Habitação, representando que são um movimento que procura não apenas reunir as pessoas, mas também a capacitação dos associados e parceiros.

Após o encerramento de sua fala, Maria do Amparo passa a palavra ao arquiteto Rodrigo para apresentação do desenvolvimento do curso realizado: Autogestão, Co-gestão e Mercado.

Rodrigo comenta que durante a elaboração do curso, em 2019, consideravam a realização de dois cursos e POP Rua foi o primeiro, contemplado pelo edital do CAU/SP. A partir disso realizaram este segundo curso “com foco em oferecer para o aluno a oportunidade de ter um conhecimento técnico e prático no desenvolvimento de projetos de ATHIS.”

O arquiteto apresentou o cronograma de aulas:

- Abertura do curso com representantes do CAU, parceiros e representantes do curso.

- Aulas com o objetivo de fomentar uma discussão sobre "o que é ATHIS" e o que o mercado oferece como produto para habitação, com o intuito de desmistificar que habitação de interesse social seja algo precário. Foram propostas aulas com profissionais da área fomentando a discussão. Contaram também com a participação de assistentes sociais, abordando importância da multidisciplinariedade. Rodrigo comentou ainda sobre os significados de assistência e assistencialismo, por isso uso da palavra assessoria técnica ao longo do curso.

- Foram apresentadas as aulas e os profissionais convidados.

Rodrigo comenta que foi importante trazer luz às falas dos representantes e envolvidos no território e menciona o uso do termo "cliente", citando a importância de ver os atores do território como clientes. E, “como profissionais, devemos, através da boa técnica da nossa atuação, agir da melhor maneira possível através da ATHIS”.

O curso recebeu 205 inscrições que se encerraram em 1 semana, demonstrando o interesse dos profissionais no tema.

Rodrigo ressalta a importância dos arquitetos como colaboradores nesse processo e faz uma provocação dizendo que “a sociedade espera de nós essa resposta”.

Foram apresentados gráficos gerados a partir dos dados coletados nas inscrições demonstrando os níveis de experiências e infraestrutura disponíveis.

O curso contemplou 7 territórios para que os alunos escolhessem áreas de atuação.

Os trabalhos realizados ainda continuam em processo. Os alunos continuam unidos como grupos desenvolvendo outros trabalhos, em contato com o poder público e outros territórios para fomentar ATHIS.

Rodrigo conclui comentando a importância de ressaltar a atuação dos professores na difusão das oportunidades de ATHIS, citando como exemplo a professora Debora Sanches.

Reforçou também a importância da interdisciplinaridade e deixou a reflexão com relação à serventia do curso: “Para quem está servindo esse curso?”

USINA Centro de trabalhos para o Ambiente Habitado

Projeto Pré-obra Autogestionária: Projeto, Regulamento e Canteiro Participativos e Projeto Acervo e Memória de Habitação Social Autogestionária.

Thiago da Silva Bento

Thiago se apresenta como representante da USINA e explica que irá falar sobre dois editais realizados no ano passado: os Termos de Fomento 003 e 006 / 2021

Inicia apresentando o trabalho Pré-obra Autogestionária: Projeto, Regulamento e Canteiro Participativos (TF003), desenvolvido em parceria com a Leste 1, grupo com o qual já têm parceria de longa data.

O projeto atualmente em desenvolvimento é o Carolina Maria de Jesus, um empreendimento para 207 famílias com terreno localizado ao lado da estação de metrô Belém.

Thiago comenta que se trata de um projeto muito representativo para o movimento pois representa a luta pela cidade, pelo direito à infraestrutura e ocupação do centro da cidade.

A contribuição do edital ocorreu fortalecendo o processo e possibilitando realizar os procedimentos iniciais para “disputar” o financiamento.

Como etapas, inicialmente foi possível acessar os materiais para formulação dos projetos e dos processos participativos. Ocorreram as seguintes etapas:

- Processo participativo do regulamento
- Processo pré-executivo do mutirão
- Projeto participativo do canteiro de obras

Thiago mostrou algumas fotos representando as etapas de trabalho como reuniões com a coordenação do movimento, composto por famílias da zona leste.

Mostra também outras imagens referentes ao processo participativo de obras, reuniões, assembleias, construção de forma coletiva.

O regulamento foi elaborado junto aos moradores da Leste 1 fortalecendo o diálogo e construção de novas lutas com os moradores.

Thiago ressalta a importância de “entender de forma coletiva como vai funcionar o trabalho, como construir isso de forma segura e com participação.”

Com relação à segunda etapa, o processo pré-executivo, Thiago mostrou imagens das plantas das três tipologias que compõem o conjunto habitacional de 227 unidades e o pavimento tipo com 16 unidades por andar.

Sobre a terceira etapa, processo participativo do canteiro de obras, citou a importância do entendimento do trabalho no canteiro e do processo participativo das famílias junto à assessoria e os trabalhadores contratados.

Thiago comentou que foi um processo muito rico e citou que atualmente estão disputando um novo programa de financiamento.

Comentou ainda que através do edital do CAU foi possível a realização dessas etapas iniciais e, com isso, puderam participar do programa Pode Entrar, com o qual a Leste 1 já está assinando contrato para financiamento. Diante disso, poderão iniciar as obras no próximo ano.

Sobre desdobramentos e impactos, Thiago comenta a relação com o poder público e a viabilidade oferecida pelo edital do CAU. Citou ainda o impacto econômico, social e cultural a partir da promoção desse empreendimento viabilizando a moradia dessas 227 famílias no centro da cidade, perto de uma estação de metrô. Para o arquiteto, são muitas lutas envolvidas dentro dessa cadeia. Além disso, comenta ainda sobre a possibilidade de continuação a partir do acesso ao financiamento.

Thiago comentou também sobre a função dos editais como meios de fortalecer as lutas e recomendou que o CAU se aproxime mais das comunidades, buscando compreender as necessidades e a diversidade das demandas para poder direcionar os editais.

Com relação ao segundo projeto, objeto do Termo de Fomento 006/2021 Acervo e memória, Thiago fala rapidamente sobre o trabalho Acervo e memória de habitação social autogestionária.

O arquiteto comentou que o edital possibilitou resgatar os processos e históricos de políticas públicas e lutas populares, permitiu organizar a infraestrutura higienizando e armazenando os arquivos mais adequadamente para facilitar o acesso ao acervo da assessoria.

A seguir, o mediador André Blanco deu início a etapa de debates:

Perguntas:

1- Tatiana Pimenta (CAU/SP): “Como vocês lidam com a expectativa dos moradores? A partir do CAU/SP temos a preocupação de não podermos fomentar obras. Queria escutar como trabalham isso durante os cursos ou elaboração dos projetos.”

2 – Maurilio Chiarelli (CAU/SP):

2.1 - Para USINA: “Como funcionam os fundos?”

2.2 - Para Rodrigo (MDM): “Sobre o resultado dos projetos, gostaria de saber se podem ser aprovados dentro da legislação atual, pois muitas vezes têm boas ideias, mas não conseguem alvará.”

3- Victor Chinaglia (CAU/SP): “Mario Reali comentou que muitos projetos não poderiam ter comércio. Considera isso como urbanismo árido, dificuldade de locomoção em

função das distâncias. Como estão fazendo para não deixar que os editais gerem urbanismos áridos?”

4 – Renata Miron (Assessoria Ambiente):“Os editais do CAU apontam para a importância do alcance dos profissionais na atuação. Queria que comentassem a importância de que o CAU "brigue" / seja um defensor das políticas públicas.”

5 – Sr. Arlindo:Questionou sobre os orçamentos públicos, se ficam congelados até a aprovação dos projetos pela Prefeitura. Comentou sobre melhor aproveitamento das áreas mais próximas ao centro da cidade.

Respostas:

Maria (MDM): comentou que as famílias fazem uma luta sobre o acesso à casa. Relatou que é angustiante essa batalha, luta árdua e contínua ao longo do tempo com o poder público. Observou as dificuldades de serem atendidos pelo poder público enquanto o setor privado é atendido com mais facilidade. Comentou sobre os obstáculos e a indignação com relação às diferenças dos atendimentos.

Sobre as dificuldades de lidar com as expectativas das famílias, Maria disse que é questão de motivá-las a não desistir.

Com relação à pergunta realizada pelo conselheiro Victor Chinaglia, Maria se manifestou a favor dos projetos híbridos com creche, escola, UBS. Segundo a assistente social, “quando 900 famílias estão sendo levadas para um local, é importante ter infraestrutura. E a vaga da creche?” Ressalta ainda que serão mais pessoas utilizando o transporte público e destaca as dificuldades em convencer o poder público.

Para Maria, moradia digna é ter acesso à toda infraestrutura para que as famílias tenham condições de morar com qualidade.

Thiago (USINA): Com relação à pergunta sobre os recursos informou que utilizarão fundo municipal do Programa Pode Entrar. Destacou que esse (acesso a recursos) é um dos campos de maior disputa e que precisamos discutir sobre ele. Thiago cita o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) ressaltando que há muitos anos nenhum projeto tem iniciado obras. Comentou ainda sobre a expectativa de que os recursos passem a ser acessados após a eleição do Presidente Lula.

Rodrigo (MDM): Comentou que o edital é uma oportunidade de contato entre os arquitetos e os moradores. Destacou a importância do entendimento de todo o processo de produção habitacional e da necessidade de que o projeto seja exequível. Para exemplificar, Rodrigo contou que um dos grupos (participante do curso) chegou a apresentar o projeto com orçamento com o intuito de garantir a viabilidade. “Esse ato representa a responsabilidade de entrega do produto para a comunidade”, reforçou o arquiteto.

Rodrigo citou ainda que a grande dificuldade de trabalhar com ATHIS são os tempos dos orçamentos públicos e fomentos, resgatando a pergunta sobre como lidar com as expectativas das famílias.

Para Rodrigo, “é papel do CAU fomentar o conhecimento em ATHIS, para viabilizar as ações. Viabilizar a atuação junto às famílias. O caminho é fomentar cada vez mais cursos.”

Rodrigo chama atenção para o fato de que, “como profissionais, precisamos entender todo o processo. O arquiteto precisa acessar o recurso e entregar o melhor que pode dentro da sua capacitação técnica”.

O arquiteto parabenizou os projetos aprovados, pela dificuldade de fazer esse processo e comentou sobre sua participação na discussão do programa Pode Entrar.

Por fim, Rodrigo compartilha uma experiência pessoal, comentando que foi um "exilado urbano", morando longe do centro e relacionou isso à sua militância. Concluiu comentando sobre a dificuldade de obter apoio do poder público.

Marcelo (Veracidade): Sobre a expectativa das famílias comentou que, durante as aulas, sempre houve a necessidade de explicar os limites do projeto. “O lado mais favorável era lidar com as lideranças que estavam sempre muito conscientes do processo.” Comentou ainda que puderam contar com o apoio das lideranças o tempo todo.

Como exemplo, Marcelo compartilhou que um dos membros dividiu sua insatisfação de não ter acesso ao projeto completo e que os outros moradores ajudaram a explicar a situação e as limitações.

Com relação à pergunta realizada pela arquiteta Renata Miron, Marcelo ressalta a necessidade de “construirmos juntos” e comenta um pouco sobre a dinâmica realizada pela Associação Maitá, contando que têm reuniões periódicas para pensar “mais adiante”. Entendem que a mobilização deve ser muito maior, com a sociedade civil como um todo, com os movimentos de moradia, para que “consigamos ter uma força de fato política. Colocar ATHIS como direito na teoria e na prática. Fortalecer fóruns regionais de ATHIS. Movimentos que permitam nossa articulação. Colocar nosso campo em seu devido lugar! Como política pública.”

Flávia (Tabuá): inicia sua resposta estabelecendo relações entre as questões realizadas pela conselheira Tatiana Pimenta e pela arquiteta Renata Miron. Segundo Flavia, “os tempos de projeto não dialogam com as expectativas das pessoas. Moradia é muito caro para elas.”

A partir das experiências que têm desde 2019, Flavia comentou sobre a importância de trazer as pessoas para o processo. Citou que enxerga o campo da assessoria como um lugar em constante disputa e ressalta: “todo mundo aqui tem que pagar boleto”.

Flavia observou ainda que os trabalhos (realizados pelas assessorias) muitas vezes são quase voluntários e reforçou que “a única fonte de recursos não pode ser só o Conselho.”

Ainda sobre recursos, a arquiteta compartilhou que o projeto apresentado pela Assessoria Tabuá ao último edital promovido pelo CAU/SP, não foi contemplado e que é uma situação difícil explicar para os moradores.

Flavia conclui dizendo: “Não sei o que podemos fazer, mas vamos fazer juntos!”

Maria (MDM): retomou a fala comentando que, “enquanto entidades, têm esperança na discussão de um caminho que possa ser traçado.” Citou o projeto Guarapiranga, contemplado em um edital de 2015, mas ressaltou que “a luta vem de muito antes”, compartilhando o caso de uma senhora que ainda tinha cabelos pretos quando o processo se iniciou.

Maria reforçou a dificuldade de lidar com as frustrações e comentou sobre as decepções com o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), comentando ainda que atualmente estão na expectativa com o programa Pode Entrar.

A assistente social comentou ainda sobre as "carinhas novas" que vão chegando ao longo do processo e lembrou que muitos desistem ao longo do caminho. "É um movimento nacional!" reforçou Maria, "se você paga aluguel, você é sem teto. Precisamos fazer essa luta!"

Encerrando a mesa, o conselheiro mediador André Blanco se apresenta como professor, conselheiro e militante junto à essa classe, comenta sobre a importância da necessidade de estabelecer as parcerias entre entidades e universidades e cita os direitos da Constituição, reforçando, "sempre batemos na porta da ATHIS."

André falou ainda sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e sobre os Objetivos Nacionais de Desenvolvimento Urbano Sustentável (ODUS), colocando ainda a importância dos apoios.

Sobre os recursos disponibilizados pelo CAU, o conselheiro ressalta que são apenas uma fonte e levanta a questão: "Como fomentar uma visão sistêmica? Como relacionar com outras áreas como saúde, educação etc.?"

André conclui enfatizando: "temos que estar mais conectados, sentir a dor do outro!"

Em fala final, a conselheira e coordenadora da CATHIS do CAU/SP, Fernanda Simon fala da importância de escutar as experiências para podermos, como CAU, direcionar melhor os editais.

3. Mesa 3 – Apresentações dos projetos realizados em parceria do CAU/SP (Termos de Fomento Editais nº 003/2021 e nº 006/2021)

Instituto Procomun: Meu papelzinho, meu endereço

Laudenor de Souza: Consolidação Habitacional da Comuna da Terra "Irmã Alberta"

Instituto Soma: Assistência Técnica para Melhoria Habitacional do Bairro Vila do Sucesso (Assentamento Ferradura)

MSTC – Movimento Sem Teto Do Centro: Coletivos e Movimentos Sociais de Moradia no Centro: Direito à Cidade, ATHIS e caminhos práticos para ocupação e melhorias em edifícios vazios e abandonados

Projeto GERAÇÕES: Formas Precárias de Habitação em cidades do interior paulista: contexto, ações e desafios para o campo de ATHIS

Moderação: Victor Chinaglia Junior – CATHIS-CAU/SP

Relatoria: Tatiana Zamoner – Arquiteta e Urbanista da Defensoria Público do Estado de SP

Respondendo à pergunta “para que serve o Conselho de arquitetura, o mediador lembra que o Conselho é resultado de 60 anos de lutas dos arquitetos. Só quem esteve no CREA entende a dificuldade dos arquitetos para terem voz

Lembrou do processo de 60 anos de lutas para a criação do Conselho de Arquitetura, que teve como marco histórico o “Encontro do Quitandinha”, em 1962, que culminou na criação do IAB, cuja direção da mesa foi presidida pelo “amigo e mestre” Joaquim Guedes. Ressaltou que a constitucionalidade da profissão está associada à existência do Conselho de classe, e que a classe poderia estar em uma situação de fragilidade legal comparável à classe dos jornalistas. Dessa forma, a crítica às entidades presentes no evento choca se considerarmos o histórico de criação do IAB ou do Sindicato, desde a estruturação realizada por Vilanova Artigas.

O mediador passa a palavra aos integrantes da mesa:

1. **Instituto Procomum:** meu papelzinho, meu endereço – edital 003/2021.

Representado por Lais e Daniela.

Lais agradece ao CAU pelas possibilidades abertas pelos editais de fomento do CAU.

O projeto é o desdobramento de outro projeto, também contemplado por edital de fomento do CAU.

Em 2021 o coletivo identificou que a comunidade Bela Vista, em Santos, localizada no morro da Vila Progresso, estava sofrendo ameaças de despejo. A ocupação era recente e o nome do projeto surgiu a partir de fala de uma das moradoras: “o que eu quero é ter só um papelzinho, um endereço, é poder morar aqui com estabilidade (fundiária)”

A ocupação teve início em 2017 e a prefeitura de Santos já havia entrado com processo de reintegração de posse. O coletivo iniciou o processo de trabalho com levantamento documental para comprovação da efetiva titularidade da prefeitura sobre a área, que

era um ponto controverso. Realizaram levantamento com drones, onde foi possível visualizar as características do território de Santos, cidade caracterizada pelo forte processo de especulação imobiliária e pouca oferta de terra, o que torna difícil a permanência da comunidade.

Trouxeram Apresentação realizada na comunidade, que teve como premissa a facilidade de entendimento por todos os moradores, sem utilização de linguagem técnica. O projeto tinha como objetivo a Elaboração de peças técnicas para subsidiar o processo de REURB.

Histórico: 2017 – início do processo de luta e resistência dos trabalhadores do Porto.

Articulação com Advogada popular, que procurou a parceria do coletivo para auxiliar no processo de lutas da comunidade. Fomento do CAU.

2021 – Levantamento jurídico e levantamento urbanístico e cadastral.

Os principais argumentos utilizados pelo município para a necessidade de remoções era o risco e o conflito ambiental. Dessa forma, o coletivo contribuiu para o processo de debates em torno destes temas, apresentando argumentos junto à Defesa Civil do município em relação ao grau de risco, se seria mitigável, e real comprometimento ambiental derivado da ocupação.

Laís ressalta a importância da articulação comunitária e do trabalho para a promoção da autonomia da comunidade. O processo de ativação comunitária foi realizado por meio da organização em GTs.

Contrataram um Profissional para realização de “contra laudo”, para questionamento dos riscos atribuídos à área, que vistoriou a área com representantes da comunidade e do coletivo.

Daniela cita os dois editais do CAU relacionados ao projeto, de 2019 e 2021.

Cita a importância dos Elementos técnicos como meios de articulação e subsídios técnicos à comunidade e da presença de equipe interdisciplinar, com assistente social, advogado e arquitetos.

Histórico de eventos: Evento “o que é regularização fundiária?” Com participação do CAU e Instituto Procomum e eventos voltados aos profissionais para capacitação a

respeito da elaboração das peças técnicas.

Para o Levantamento topográfico, tentaram realizar parceria com as universidades para realização dos levantamentos, mas não conseguiram. Contrataram profissional de Sorocaba, topógrafa e professora, que capacitou os técnicos para realização dos levantamentos.

Oficina com os moradores, que indicaram todos os elementos necessários para o levantamento técnico, com identificação de áreas de risco e construções vazias. Realocaram moradores em risco em casas vazias identificadas na comunidade.

Daniela ressalta a importância dos moradores no processo de levantamentos técnicos e a impossibilidade de efetivação dos trabalhos sem esta parceria.

Como produtos do processo de trabalho, cita a publicação de um caderno, com mais de 60 páginas, com a compilação dos produtos técnicos para subsídio do processo de regularização fundiária, dentre eles um mapa de sobreposição de susceptibilidades ambientais, mapeamento de áreas de risco, edificações com risco estrutural, e mapa propositivo, com levantamento de acessos.

Também cita a publicação da Revista Nosso jeito Procomum, que será lançada no dia 21 de novembro na Associação de Engenheiros e Arquitetos de Santos, nova sede do CAU Regional Santos.

A publicação deverá apresentar como resultado do processo de elaboração dos projetos, a proposta de uma metodologia de trabalho, que prevê o processo de captação de recursos, mobilização, entre outros, dentro de sete passos, que foram mapeados ao longo da experiência do coletivo.

Apresentação da equipe:

1 responsável técnico

1 responsável pela equipe

Equipe administrativa do instituto Procomum

Equipe contratada de arquitetos que realizaram os levantamentos e realizaram o diagnóstico.

2. **Laudenor de Souza:** Consolidação Habitacional da Comuna da Terra “Irmã Alberta”.

Representante: Chico Barros – Coordenação MST Regional SP e responsável técnico do instituto Laudenor de Souza (escola do MST – Itapeva).

Escola do MST localizada em Itapeva existe há 20 anos e possui atuação no Estado. O MST trabalha com ATHIS há 25 anos.

Nos últimos 3 anos, o MST estadual tem realizado parcerias com assessorias técnicas para viabilização da ATHIS, com destaque para o projeto em parceria com a Peabiru e escola Laudenor de Souza, em 2020, onde foram realizadas visitas em 11 assentamentos, que teve como resultado a publicação de um caderno de ATHIS.

Em 2021, outra parceria entre a Peabiru e o MST realizou um curso de construção agroecológica na escola Popular Rosa Luxemburgo.

Em 2022, o movimento se organizou para apresentar ao CAU a proposta para o novo edital de fomento.

O projeto para Consolidação Habitacional da Comuna da Terra “Irmã Alberta”, tem como objeto uma ocupação localizada na zona noroeste de São Paulo, que, apesar de possuir 20 anos de existência, com características de assentamento, ainda é reconhecida oficialmente como acampamento. Trata-se de uma área de 1 milhão de m², hoje utilizada para produção de alimentos sem agrotóxicos. A titularidade da área é da Sabesp.

A comuna está situada em área com 3 vales, entre nascentes e áreas de preservação e a organização da comuna conta com 4 núcleos, com 14 ou 15 famílias cada, com área de produção coletiva, campo de futebol, teatro.

Apresentação do Plano Popular, com processo histórico da comuna Irmã Alberta e elaboração de diagnóstico, que evidenciou as contradições no processo de ocupação do território, onde as franjas do Irmã Alberta sofreram novos processos de ocupação, de características opostas à ocupação da comuna, com adensamento habitacional excessivo, derivado da pressão da demanda habitacional existente. Chico Barros ressalta as características sociais dos diferentes processos de ocupação e o entendimento dos

limites entre rural e urbano, com a convivência no território entre famílias com projeto de ocupação derivado de um projeto de reforma agrária (com áreas de 5000 m²) e ocupações características da precariedade urbana que expulsa seus moradores para as franjas da cidade. O contexto é complexo, mas pode ser didático, podendo ser alvo de processos pedagógicos propostos pelo MST.

Histórico: Antiga fazenda desapropriada pela Sabesp em 1989, para fazer parte das áreas destinadas às estações de tratamento de esgoto. Após conflito com os moradores do entorno, que desaprovavam a destinação prevista para a área, 300 representantes do MST ocuparam a área. Houve longo processo de articulação com gestões públicas e avanços ao longo das diversas gestões federais. Na época do golpe de 2016, o processo estava na etapa de avaliação do valor da terra, com diferentes estimativas apresentadas pela Sabesp, Incra, Itesp e apresentação de avaliação realizada pelo MST.

Atualmente o Irmã Alberta está sendo coordenado por seis senhoras, que se dividem no papel de controle do território, com o importante papel de controle social da comuna.

O projeto realizou levantamento de todos os lotes, com localização das residências, com a participação dos assentados, como parte da etapa do planejamento do território. Também fez parte do projeto a construção de um canteiro escola, com a construção de um barracão de bambu, com 20 participantes, dentre eles 10 arquitetos, engenheiros e estudantes e 10 assentados. O projeto contou com aulas noturnas com especialistas e conhecimento popular, com troca de conhecimentos entre teoria e prática. O curso teve a participação de Sergio ferro.

O barracão é utilizado como sede da cooperativa Terra e Liberdade, a partir de onde são distribuídos os alimentos produzidos para a grande São Paulo.

3. Instituto Soma: Assistência Técnica para melhoria habitacional do Bairro Vila do Sucesso (Assentamento Ferradura).

Representante: Leticia *Kirchner* – arquiteta

Agradece pelo edital de fomento do CAU e ao Mackenzie pela recepção do evento.

Projeto Morar Melhor – projeto para qualificação de moradias em locais que passaram por processo de REURB, no município de Bauru.

A Vila Sucesso, também conhecido como Bairro Ferradura foi a maior área de ocupação

espontânea do município de Bauru, com cerca de 4000 famílias, que buscaram a regularização fundiária do bairro por 40 anos. Conquistaram os títulos de propriedade em 2020, com processo de REURB por meio do instrumento de Legitimação Fundiária.

A intenção do projeto era atingir um novo capítulo no processo de luta da comunidade, considerando que a primeira meta foi alcançada, mas faltava a infraestrutura que o município havia se comprometido (com obras de drenagem e pavimentação) e melhorias habitacionais. Na prática, o papel traz uma segurança na posse importante, mas que não transforma a qualidade de vida dos moradores. A intenção era de que projeto alcançasse uma transformação local, não limitando a assistência técnica ao papel.

Leticia representa uma OSCIP, que atua desde 2004. Desenvolveram 2 projetos de assistência técnica via Lei criada pelo Ministério das Cidades, que regulamentou a atuação de entidades do terceiro setor, que trouxeram dificuldades enfrentadas há 10 anos que foram levadas como experiência para o projeto.

O Bairro Vila Sucesso possui cerca de 950 famílias, com casas em alvenaria e madeirite, com deficiências de condições de iluminação e ventilação característicos de um processo de ocupação espontânea, com chão de terra batida e algumas com contrapiso. Não tem situações de risco com restrições ambientais.

Equipe:

Equipe multidisciplinar, com destaque para a atuação social.

Equipe que fez vistorias e laudos, um estagiário do projeto, e Rede de voluntários, com estagiários de Arquitetura e de Serviço Social, além de patrocinadores e doadores.

Processo de trabalho dividido entre atividades comunitárias, com convite para participação ampla da comunidade, e atividades de assistência técnica coletiva e individual, voltadas para famílias inscritas que tivessem interesse em receber serviços individualizados. Tanto a frente de atendimento individual quanto coletiva não tinha como premissa considerar arquitetura isoladamente.

O projeto teve início com a mobilização social e institucional, com convites realizados ao executivo, legislativo, promotoria de justiça e entidades técnicas e acadêmicas, com

apoio do IAB, SENAI, associação comunitária do bairro e universidade do município.

Metodologia:

Oficinas com moradores, com informações sobre a área técnica da construção civil, como manutenção predial, pequenos reparos, considerando que o perfil dos moradores é de pessoas que já fazem autoconstrução. Objetivo de prestar orientação para pessoas que já fazem sua construção, para poderem fazer da melhor forma possível.

Além dos temas ligados à construção civil, abordagem de “Temas indiretos”, como salubridade, bem-estar, empoderamento social, relações de vizinhança, família, levando questões ligadas à qualidade da moradia de forma plena.

Aproveitaram as oficinas para fazer a requalificação do “campinho”, realizaram oficinas com as crianças na área ambiental, além das oficinas mais específicas da área técnica de edificação.

Cita a parceria com SENAI, que ofereceu cursos gratuitos de construção civil e capacitação profissional com diplomas, onde os alunos tiveram oportunidade de aplicar na prática os conhecimentos adquiridos nos cursos. Uma parceria doou latas de tinta para os alunos. Intenção de juntar profissionalização com prática.

Elaboraram cartilhas, com viés técnico, com dicas construção (como fazer argamassa), pensando no perfil da autoconstrução, e outra com perfil socioambiental.

Etapas da frente de assistência técnica individual para as famílias inscritas:

Vistoria com arquiteto e uma pessoa com perfil de mestre de obras, com identificação de patologias e necessidades construtivas, para elaboração de laudos, estudos e projetos.

Elaboração de produtos técnicos simples, para compreensão dos moradores e produção de tutoriais de uso, como instruções para um plano de intervenção, de como fazer - reforço estrutural, instalações elétricas, instalações hidrossanitárias, acabamentos, vazamentos. Com os tutoriais, processo de vistorias com arquitetos e mestres de obras, com orientação “mão na massa”, orientação técnica e produção conjunta, além do acompanhamento social.

Contaram com patrocinadores, entre grandes e pequenos doadores, para a compra de

materiais de construção.

4. **MSTC – Movimento Sem-terra do Centro:** coletivos e movimentos sociais de moradia no centro: direito à cidade, ATHIS e caminhos práticos para ocupação e melhorias em edifícios vazios e abandonados;

Julise – arquiteta da FIO

Assessoria técnica multidisciplinar que surgiu junto ao Movimento dos Sem-teto do centro a partir de 2018, sob liderança de Carmem Silva

Julise apresentou o projeto para Publicação da FIO, com apoio do edital do CAU. A publicação foi realizada no primeiro semestre de 2022,

A publicação surgiu a partir da necessidade do movimento e assessoria técnica de sistematizar o conhecimento produzido em relação a melhorias habitacionais em ocupações verticais do MSTC.

Em 2018 tiveram início as Vistorias da Coordenaria Municipal da Defesa Civil, em decorrência do incêndio do Edifício Wilton Paes de Almeida, quando a assessoria técnica começa a se formar para buscar uma metodologia para auxiliar o movimento social na busca por estas melhorias habitacionais.

Além da sistematização deste processo, a publicação tem como objetivo traçar um histórico do papel dos movimentos sociais nas práticas de ATHIS, que são anteriores a articulação da FIO.

A publicação também contempla parcerias com outros projetos a partir da experiência dos movimentos, em projetos nas periferias de São Paulo e parcerias com outros movimentos, assessorias e laboratórios de universidades.

Por que um livro? O projeto de divulgação poderia ter outros formatos, mas a quantidade de material existente e necessidade de aprofundamento do histórico dos movimentos sociais e articulação entre os movimentos, além da necessidade de expor o episódio do incêndio do edifício Wilton Paes, indicaram a necessidade da publicação.

Capítulo 1

Histórico da segregação espacial na cidade e primeiras atuações de assessorias técnicas,

influenciadas por ações em outros Estados e outros países. Dados sobre déficit de moradia, edificações vazias no centro e informações a respeito do componente racial desta segregação. Como os movimentos se apresentam como instrumento de resistência a esta segregação.

Capítulo 2

Formação dos movimentos e formação do MSTC. Ficha técnica das ocupações do MSTC no centro

Capítulo 3

Relato sobre o incêndio do edifício Wilton Paes de Almeida e processo de criminalização dos movimentos pelo poder público e as articulações que se formaram para fazer frente à criminalização, com parcerias com universidades, professores, laboratórios, servidores públicos, assessorias técnicas e lideranças, com o acompanhamento das vitórias efetuadas pela Defesa Civil e criação de “contrarrelatórios”.

Capítulo 4

Resgate das metodologias de construção de projetos junto com os movimentos, passando por todas as etapas, desde a articulação com os movimentos até a produção dos materiais técnicos que serão utilizados no processo de melhorias habitacionais propostas, com destaque para a relação interdisciplinar entre frentes social, jurídica e técnica.

Capítulo 5 e 6

Traz dois projetos realizados pela FIO realizados em 2021, em parceria com o CAU. Mobilizações de arquitetos para o prosseguimento de projetos de melhorias habitacionais para o MSTC, que estavam sendo realizados de forma voluntária antes da parceria. Um dos projetos previa propostas de melhorias para cinco edifícios ocupados pelo MTST no centro e outro previa estudos preliminares (projetos arquitetônicos) para movimentos parceiros do MSTC em cinco núcleos nas periferias de São Paulo, com previsão de espaços para organização coletiva

Capítulo 7

Resumo das frentes de trabalho dos movimentos junto às assessorias técnicas parceiras, com articulações com outras associações de moradores, parlamentares e outras assessorias técnicas, em uma rede que propõe formas de organização para criação de caminhos possíveis dentro da prática de Assessoria Técnica

O projeto vem de um acúmulo de experiências possibilitadas pelos editais anteriores do CAU.

Equipe:

1 profissional para o projeto gráfico

1 sociólogo

3 arquitetos

Os outros editais, cujos projetos estão relatados na publicação, contaram com equipes extensas, de 30 arquitetos.

5. **Projeto Gerações:** formas precárias e habitação em cidades do interior paulista: contexto, ações e desafios para o campo de ATHIS.

Representante: Mariana e Maura Augusta (Presidenta da FACESP)

Maura ressalta a importância dos termos de fomento.

A associação Projeto Gerações é uma Entidade criada pela Fapesp e a Conan (Confederação Nacional de Associação de Moradores)

Quando iniciaram o processo de Intervenção no bairro da periferia do Ipiranga, não havia equipamentos ou políticas públicas. Em 2002, foi fundado o Projeto Gerações, que, com a articulação dos moradores, passou a trabalhar com egressos do sistema prisional, adotando como metodologia o trabalho com educação, cultura e esporte.

2003/2005 – Início de trabalhos com as crianças, com identificação de desejos dos moradores (como o Ballet). Identificação de questões locais, como a associação entre rendimento escolar e falta de moradia (criança não fazia atividade por falta de espaço adequado).

Em 2009, houve alteração do estatuto da organização para inclusão do direito à moradia digna, com organização de grupos de discussão em torno do tema da moradia adequada

como direito.

Papel dos termos de fomento do CAU como nova possibilidade de articular mudanças sociais na comunidade. Maura tinha uma visão da arquitetura como artigo de luxo, não identificando a arquitetura em sua função social. Pesquisando sobre o CAU e sobre o sindicato dos arquitetos, iniciaram o projeto, como um novo horizonte de possibilidade (sonhos).

Apesar dos recursos serem escassos, não sendo suficientes para produção de moradias, o acesso à possibilidade do projeto alimentou os sonhos dos envolvidos no processo, dentro de uma perspectiva de que as crianças podem ter acesso a espaços de qualidade para o desenvolvimento de suas atividades.

Sem uma moradia digna poucas crianças conseguem avançar. Papel de Luta pelo direito constitucional destas famílias.

O Crime organizado está onde o poder público não está. Possibilidade de realizar este debate junto com a população. Nós temos nossa parcela de culpa porque devemos chegar a estas pessoas e expor seus direitos. Necessidade de buscar parcerias entre todos os atores envolvidos no processo e trazer o debate para entidades como o CAU.

Mariana

Entre 2019 e 2020 – Parceria entre Fapesp, Sasp e Projeto Gerações para realização de curso de ATHIS, com 180 inscritos, onde atuaram em 6 ocupações no interior paulista, com objetivo de capacitação e constituição de uma rede de profissionais. Com o edital de 2021, houve a contratação de 20 arquitetos para a dar continuidade aos trabalhos e realizar uma publicação sobre o curso.

Em novo projeto, “Projeto ATHIS no interior Paulista”, com realização de seminário, que também resultou em uma publicação, com autores que fizeram parte dos projetos. Publicação trata de diferentes ocupações, com situações jurídicas, fundiárias e inserção urbana específicas.

Expor o contexto do interior paulista, com processo de descentralização industrial e mercado imobiliário gerando desigualdades urbanas, entendendo “O que é uma cidade média”, dentro de contextos distintos de uma metrópole.

Curso realizado em 2020 – aulas teóricas, oficinas de capacitação, visitas, levantamentos, e atuação prática de arquitetos e estudantes de arquitetura.

O curso teve como desdobramento a Elaboração de requerimento de Reurb-S, por 12 grupos de arquitetos.

Para a Ocupação em Araras o objetivo foi o desenvolvimento de projeto para regularização fundiária da área, com atuação de 30 arquitetos. O projeto contou com elaboração de projetos, aplicação de formulários e visitas à prefeitura. Como resultado do processo, houve a publicação do Decreto 6933, que instaurou o processo de REURB na ocupação Jardim Esperança, em Araras.

Para o último edital, convidaram os arquitetos que trabalharam no processo para participar da produção de artigo sobre a ocupação. Como fase de formação para produção do artigo, foi realizado um seminário em três dias, que está disponível no youtube.

A publicação está dividida em 3 capítulos, e traz os procedimentos metodológicos utilizados nas ocupações, e um exercício crítico reflexivo a respeito dos limites e perspectivas para atuação em ATHIS.

Textos das lideranças das ocupações e

O Capítulo 2 traz questões multidisciplinares dos diversos campos reunidos na experiência de ATHIS e experiência universitária e o Capítulo 3, traz o quadro de diversidades das situações precárias no interior e Estratégias mais efetivas para diagnósticos, além do processo de desmonte em curso das políticas públicas envolvidas no processo.

Tiragem de 200 exemplares.

Questões colocadas: invisibilidade das ocupações no interior paulista; o limite das assessorias técnicas na formação política nestas ocupações, e como transmitir o conhecimento técnicos dentro do processo participativo; a necessidade do aprimoramento do papel do poder público; e como se faz a continuidade destas ações.

Desdobramentos do processo: formação de uma nova assessoria técnica, a partir do curso, que está desenvolvendo os projetos da ocupação em São José dos Campos; e

formação de um grupo em Campinas, além da realização de pesquisas acadêmicas em continuidade dos levantamentos das situações precárias no interior do Estado.

DEBATE

Carmem Silva – liderança do MSTC – ocupação 9 de julho

Importância do CAU na história do MSTC, que sempre apresentou a necessidade da ATHIS como política pública

Fala sobre a formação da FIO, a partir de um grupo de recém-formados em arquitetura e estudantes, e sobre a quebra de paradigmas em relação à Arquitetura, antes considerada como luxo. Hoje entende a Arquitetura em seu potencial insurgente. O movimento precisava de arquitetos e já tem um histórico de conquista de três editais de fomento do CAU e teve o papel de conduzir 60 arquitetos recém-formados para o exercício de atividades nas ocupações e nas comunidades vulneráveis parceiras.

Carmem diz que está levando as discussões de ATHIS pelo Brasil, dentro de uma dimensão da assessoria técnica não somente exercida pelos arquitetos, mas também por um educador social. As trocas com o CAU têm sido ricas, para promoção da qualidade de vida, e Carmem espera que a Lei de ATHIS seja difundida em todas as prefeituras do país e vem buscando apoio junto ao Congresso (contato com Luiza Erundina) para inserção da ATHIS como política pública nos municípios.

Felipe - diretor Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo

Pergunta para a Procomum sobre Reurb:

Dada a complexidade no núcleo urbano, com a presença de riscos geológicos, teve alguma necessidade de intervenção de infraestrutura, qual a complexidade da infraestrutura a ser executada e quem foi responsável pela sua instalação?

Antônio – CAUBR

Como vamos seguir atuando na assistência técnica, a partir da leitura do CAU?

Pensando no potencial de atuação a partir dos editais de fomento, considerando os recursos disponíveis, teremos um universo reduzido de experiências, sem atingir uma

escala.

Necessidade de debater sobre o Fundo de ATHIS e sobre a estrutura interna do CAU para atuações futuras. Expõe a desigualdade estrutural entre as diferentes regionais, Cita exemplos de estados sem estrutura de trabalho para viabilização da aplicação dos 2% de recursos para ATHIS, e exemplo de Estado em que se montou uma estrutura com equipe técnica específica para propor ações de ATHIS (RS). Existe recurso carimbado para esta destinação e locais sem equipe técnica para viabilização da aplicação destes recursos e locais em que os movimentos não estão capacitados para participar dos editais propostos. Como vamos dar continuidade a estas ações? Necessidade de perpetuação do histórico de ações existente.

Débora – Professora do Mackenzie e Conselheira do CAUSP

Agradece as representantes dos movimentos sociais presentes pela parceria de longa data e pelo papel que exercem no processo de formação dos estudantes, quando os recebem de braços abertos nas ocupações.

Cláudia Pires – anunciada por Vitor como “arquiteta do ano”.

Claudia partilha seu prêmio com todos, como resultado de um processo de esforço coletivo para trazer o papel do arquiteto em seu compromisso social e político de retornar sua prática social para a sociedade.

Este é o papel do CAU, de abraçar uma política pública de estado e colocar essa política pública em evidência.

Claudia diz que não podemos ficar satisfeitos com os recursos provenientes da nossa contribuição social como arquitetos, onde em um orçamento Federal de 3 trilhões de reais, o orçamento do ano passado dedicou somente 0,001% dos recursos à política pública de moradia. Necessidade de construção de uma diretriz orçamentária para inclusão da “nossa pauta de arquitetura”.

Necessidade de colocar para a sociedade, a partir dos exemplos expostos, que é possível fazer política pública no país e trazer dignidade para quem tem dificuldade de acessar os recursos para moradia. A construção de um país passa em entender o papel político da arquitetura e urbanismo na construção das cidades.

Luzineide Ramos (diretora do Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo)

Registra o histórico do papel do sindicato dos arquitetos nas parcerias com as entidades sociais e fomento do trabalho social do arquiteto e comprometimento com o desenvolvimento de políticas públicas no Estado de São Paulo.

Marcela (Secretária de Habitação do município de Limeira)

A ATHIS em Limeira é praticada desde 2017, quando se estruturou um setor dedicado à ATHIS, com arquitetos, tecnólogos e engenheiros. O departamento também conta com três equipamentos: uma olaria ecológica, o banco de materiais e uma escola de construção.

Dentro de uma estruturação da Assistência técnica como política de Estado, Considera como questão prioritária a discussão do orçamento público, que deve contemplar a diversidade das necessidades em torno da ATHIS. Considerando a diversidade dos projetos apresentados ao longo do evento, imagina a quantidade de projetos que a ATHIS pode viabilizar.

O CAU deve encaminhar a discussão sobre orçamento, considerando a elaboração de novo governo e novo PPA, onde devemos vislumbrar políticas públicas para moradia diversas, não somente para produção de moradias, em um sistema voltado para o mercado imobiliário. Possibilidade de inclusão de recursos para viabilização dos projetos de ATHIS elaborados.

RESPOSTAS E REFLEXÕES FINAIS

Julise

Ressalta a importância do espaço de discussão e das ações do CAU, mas lembra que os recursos não são suficientes para atender as necessidades de projeto ou de execução das ações de ATHIS. A luta é sempre pelas políticas públicas, e vai além da arquitetura, ela é política.

Leticia

Indica a importância da Discussão de alternativas e encontro de caminhos para viabilização da ATHIS e importância do CAU neste processo.

Relatando as dificuldades específicas do interior, diz que Bauru não possui uma

Secretaria de Habitação, ou setor específico, apesar de seus 400 mil habitantes.

Chico Barros

Agradece a oportunidade do encontro presencial, com suas potencialidades. Lembra que o atual contexto nos lembra que a luta pela moradia, pela reforma urbana e reforma agrária continua. Acredita que a reforma agrária deveria estar presente nas políticas públicas urbanas, como parte de um mesmo processo de acumulação do capital. As cidades devem se desadensar.

Lembra da necessidade de promoção das residências técnicas em ATHIS como ação das faculdades de arquitetura.

Daniela e Lais

Santos também não tem Secretaria de Habitação. Respondendo à questão do Felipe, esclarece que a alegação do risco era o maior receio da equipe em relação à abordagem de trabalho no local. Tiveram muitas conversas e discussão para abordar a questão de forma responsável. Com recursos reduzidos, fizeram um estudo de viabilidade que apontou baixo número de remoções. Além disso, no processo de elaboração das Cartilhas de redução de risco, que tiveram a participação da população, houve a constatação de que os riscos eram em muitos casos provocados, seja pela localização em talvegues com passagem de água ou uso da vegetação inapropriada. Com os resultados dos levantamentos de campo, convidaram a Defesa Civil para debater sobre a situação de risco encontrada e indicação de ações de mitigação.

Outro desdobramento do projeto foi a confecção de peças técnicas, que dariam subsídios para a comunidade solicitar a abertura de processo de Reurb no município.

As peças técnicas foram utilizadas no processo judicial em curso, mediante parceria com advogada popular que atua no âmbito judicial (Gabriela Ortega).

Importância da mobilização dos movimentos e da influência de resultados positivos para outras ocupações, como instrumento de fortalecimento das mobilizações em curso. Cita resultado positivo na Ocupação Anchieta, onde a ocupação Bela Vista teve um papel importante na mobilização de moradores. Também citam o possível papel da ATHIS em

uma mudança de postura da polícia em relação às ocupações.

Mariana

Importância do processo de luta das assessorias técnicas na estruturação das políticas de ATHIS e articulação em rede. Processo de formação e articulação com as diferenças.

Necessidade de mais convênios com universidades públicas e extensão universitária.

Maura

Em relação à realidade do interior, a FACESP tem representantes no Conselho de Habitação de Bauru, e existe uma cobrança para criação de uma Secretaria de Habitação em Bauru e em Santos. Como existe um conselho de habitação sem uma secretaria de habitação no município? A cobrança para a estruturação de secretarias de habitação

Nos municípios devem vir acompanhadas de uma articulação com a população local.

Dia 04/11 (sexta)

4. Mesa 4 – Lei de ATHIS nos municípios

A Lei nº 11.888/2008, importante marco legal para a efetivação do direito fundamental à moradia, como o município XXX emprega a Lei?

Elvis José Vieira – Secretário de Planejamento Urbano e Habitação da Prefeitura Municipal de Suzano

André Rogério de Santana – Diretor de Habitação e Juliana Pereira Nascimento dos Santos – Chefe de Setor da Regularização Fundiária da Prefeitura Municipal de Bertioga

Nilcio Regueira Dias – Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Taboão da Serra

Odair Benedito Dias Silveira – Secretário de Governo e Participação Cidadã da Prefeitura Municipal de Sumaré – não compareceu

André Queiroz Guimarães – Coordenador de Habitação da Prefeitura Municipal de Louveira

Moderação: Tatiana Reis Pimenta – CATHIS-CAU/SP

Relatoria: Elizabeth Othon de Souza Departamento de Habitação da Prefeitura Taboão da Serra

Moderadora inicia a mesa explanando que cada convidado terá 10 minutos para explicar a atuação do município na elaboração e implementação de Leis de ATHIS.

Elvis José Vieira – Secretário de Planejamento Urbano e Habitação da Prefeitura Municipal de Suzano

Inicia a fala agradecendo o convite. Sinaliza a presença do diretor de Habitação Luiz Miguel e Arquiteta Leticia que fazem parte da secretaria na habitação, e tem importante papel junto a ATHIS no município.

Dá um panorama geral da localização de Suzano na região metropolitana de São Paulo. Posição privilegiada, próximo ao aeroporto de Guarulhos, porto de Santos. Faz parte da Região Metropolitana do Alto Tietê. População da RM, 22 milhões, sendo 3 milhões no Alto Tietê. Região onde nasce o Rio Tietê, faz divisa com municípios importantes.

Cidade nova, 73 anos de emancipação, mas com ocupação do século 17. Fazia parte de Mogi das Cruzes. Cidade se desenvolve a partir dos anos 70/80, desorganizada. Cresce em função da região sul da cidade para a região norte junto a linha férrea. Se desenvolve mais horizontalmente devido a topografia, com alguns pontos de verticalização. Atualmente, aproximadamente 303 mil habitantes em 206 km², população essencialmente na área urbana.

Apresenta a Secretaria, estruturada em 3 diretorias e o governo tem como meta: Visão de futuro, projeto para se desenvolver ao longo do tempo. Meta de governo, cidade inteligente, sustentável, gentil, criativa.

Desafios - 72% do território está em área de mananciais, área a ser preservada mas com ocupações que devem ser observadas.

Sobre a ATHIS, Histórico da ATHIS no município, inicia com a Lei da moradia econômica 1997, como em vários outros lugares do país, as famílias saíam com a planta pronta da prefeitura, escolhida sem relação com o território e estrutura familiar.

Em 2011 a lei que regulamenta o Programa de assistência técnica gratuita, sendo a primeira cidade a ter lei de ATHIS no país. Atualizada em 2014, trazendo mais benefícios a Lei, a diferença é o projeto, prefeitura disponibiliza os profissionais, em parceria com associação de arquitetos e urbanistas do município, a prefeitura paga, os arquitetos desenvolvem o projeto junto com a família e acompanham a obra.

Atualmente a família abre um processo administrativo físico, a partir de 2023 será digital, depois passa pela entrevista social, depois segue para a associação indicar profissionais, que elaboram projetos, licenciamento e acompanham a obra.

Sobre os recursos, sinaliza que foram ampliados ao longo do tempo. Quando se cruza com projetos aprovados, há números baixos entre 15 e 18 ao ano para a importância que tem dentro da prefeitura.

Status dos projetos que denunciam os desafios e problemas. Problemas com regularização fundiária, desdobro, pequenos comércios. Elaborando nova lei que leva em consideração novos elementos apontados pelos dados.

Considerações finais, entende que ATHIS não deve se limitar a edificação, deve se tratar parcelamento e regularização Fundiária passíveis de serem atendidas na ATHIS.

Se pergunta se a população tem consciência da importância do profissional dentro do sistema. Muitos procuram ATHIS pra regularizar energia e água, portanto há um trabalho de conscientização pra importância de um técnico dentro do sistema. Em Suzano, há a parceria com associação desde o início, a gestão vem debatendo com a associação quais os profissionais que devem participar do programa. Entende-se que deve ser recém-formado com mais "gás" e saindo da faculdade.

André Rogério de Santana – Diretor de Habitação da Prefeitura Municipal de Bertioga

Cumprimenta a mesa e agradece o convite. É diretor de habitação há 6 anos na cidade, experiência com o programa "Regulariza Bertioga", e na fala irá contar da experiência, dificuldades e sucessos.

Sobre o município, foi emancipado em 1962, tem 490 km² e 34km de orla. Dois parques estaduais, e 10% de área urbana, o restante 90% está em área de preservação. Faz parte da região metropolitana da baixada santista, próxima ao vale do paraíba e RMSP. População de aproximadamente 66 mil habitantes.

Quando assumiram, em diagnóstico do município chegaram a contabilizar 3 mil domicílios em situação de favela, considerado impossível de consolidar. Plano diretor de 1998, desde então a cidade foi se transformando, mas a lei se manteve a mesma de 1998. Aponta para a questão do mercado de veraneio, atração de mão de obra de SP e baixada santista. O turismo inflaciona os preços para quem reside. População mais carente se localiza mais longe das praias, para os fundos, onde se localizam os parques e rios.

Sobre a atuação da prefeitura, se pensou primeiro em atuar com foco nos núcleos mais consolidados, com infra e onde a população de fato reside, não apenas os turistas. Compreendem que cada núcleo tem uma solução diferente pra Reurb. A gestão foi aprendendo durante o processo a encontrar soluções para fazer a Reurb.

A assistência técnica é uma discussão antiga no Conselho Municipal de Habitação (CMH) mas consideram que não tem respaldo da população e profissionais, não é visto como necessidade no município. Com o advento da regularização fundiária, é nítido para a gestão que chegou o momento de se implantar ATHIS. Para tanto, a revisão do PD em 2020, deixou claro que é uma necessidade no município e possui um artigo que trata de ATHIS. Já consta nas diretrizes do Plano Diretor do município para que aos poucos se construa o caminho.

Atualmente, nos núcleos onde houve REURB-s há a necessidade de regularização edilícia. Criar condições para que possa ser implantada, criar um código de obras específico para as áreas que foram regularizadas. Desenvolvendo uma lei que permite que essas áreas possam ter as construções de forma regular. Com a lei, pretende-se gerar recursos direcionados para o Fundo de habitação para que possa ser usado pra ATHIS.

Pensam em estruturar para que não seja política de governo mas de estado. O Conselho municipal de habitação está discutindo minuta da lei de ATHIS, em breve a sequência é aprovar esta lei. Considera que os arquitetos devem estar à frente da demanda por ATHIS.

Juliana Pereira Nascimento dos Santos – Chefe de Setor da Regularização Fundiária da Prefeitura Municipal de Bertioga

Complementa a fala anterior. Recupera a experiência em outros municípios da Baixada Santista, e o desafio de implantar a assistência técnica nos municípios. Considera que hoje há uma lei que não é eficiente. Questiona como criar instrumentos que permitam que as pessoas criem interesse em participar e como encontrar mecanismos pra incentivar os profissionais a participarem deste tipo de atividade. Considera que a Universidade é um caminho, mas vê-se que a discussão sobre HIS ainda é distante do meio acadêmico para formar profissionais aptos a trabalharem com ATHIS. Se não se discute dentro da universidade, fora é mais difícil de se organizar. Considera que o conselho deve tornar possível que os profissionais se capacitem para trabalhar com o público de HIS, como lidar e levar informação, e o convencimento de que é uma área importante.

Aponta outro desafio grande, o recurso financeiro. No município de Bertioga o recurso é baixo, portanto precisam criar leis que estimulem e dêem condições de direcionar recursos para que além de pagar profissionais, viabilize recurso para a execução da obra. Pensam na criação de um banco de materiais, considerando a existência e dinâmica da Riviera de São Lourenço e intensidade de obras civis. Aponta a regularização fundiária como outro desafio. Pensa que ATHIS também é para REURB. Ressalta a aplicação dos condomínios urbanos simples, bem aplicada em Bertioga. Sugere aproveitar os instrumentos previstos na Lei 13.465 e trazer a discussão pra ATHIS. Em síntese: os desafios são (1) ter uma lei eficiente; (2) sensibilizar a população para a melhoria da edificação para além do “papel” ; (3) trazer a formalidade para o informal, considerando as burocracias.

Nilcio Regueira Dias – Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Taboão da Serra

Inicia a fala agradecendo a oportunidade para a discussão do programa em andamento no município de Taboão da Serra. Agradece a comissão de ATHIS e a Universidade Mackenzie, em nome da conselheira Debora. Homenageia a colega Danielle Klintowitz que faleceu nesta semana, e entre suas contribuições para o nosso campo, ajudou na elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Taboão da Serra.

Sobre o município, possui a maior densidade populacional da América Latina, com aproximadamente 297.500 habitantes em 20 km². Entre os diversos desafios, a precariedade habitacional, sendo que o déficit qualitativo e quantitativo já altos, devem ter tido acréscimos após a pandemia.. Mostra um mapa com as ZEIS e assentamentos precários, que configuram boa parte do território. Atualmente o município está em processo de revisão do Plano Diretor e marcos legais.

Apresenta a estrutura da secretaria, e como a Coordenadoria de ATHIS dialoga de forma transversal com as outras coordenadorias. Há a definição de linhas de atuação individual e coletiva, mas sempre trabalhando de forma transversal e matricial.

Fala sobre a estratégia, como vem se pensando a estruturação do programa. Com foco de atendimento com escritórios descentralizados, nos territórios mais próximo da população, já há um em funcionamento além da sede da SEHAB. O plano de expansão

dos escritórios descentralizados vem junto com parcerias de aproximação com as universidades em ações de Residência Profissional e Extensão Universitária. O foco atualmente é em projeto de melhorias habitacionais e produção habitacional, coletiva ou organizando a demanda. Destaca ainda a Escola Municipal de Construção Civil, que se articula com o programa. A ideia da Residência Profissional é de estruturar a formação de profissionais para trabalharem com o tema, nos territórios e dentro de uma política pública estruturada.

Sobre os marcos legais, o Plano Diretor já previa o atendimento de ATHIS e as parcerias com universidades e terceiro setor. Em 2022 foi publicado o decreto nº 32 regulamentando o artigo do Plano Diretor.

Passa brevemente sobre o fluxo de atendimento, onde o decreto prevê o fluxo de atendimento individual, iniciando com a ficha de triagem com atendimento social, avaliação socioeconômica e avaliação construtiva. Há um detalhamento das fases de atendimento, termina no parecer social e físico. Salaria que o acompanhamento social perpassa todas as fases.

Sobre os critérios de atendimento, vem sendo discutido o valor máximo para apoiar a execução das melhorias ou área máxima de intervenção. No momento a equipe está buscando ter mais casos para chegar a uma conclusão sobre isso. Por fim, apresenta brevemente o instrumental de trabalho, fichas e relatórios dos atendimentos, e um mapa com a distribuição dos atendimentos na cidade. Salaria que há casos de regularização edilícia, e no momento estão buscando entender como direcionar a demanda, ela surge, mas não é a prioridade, se é caso de ATHIS ou pensar em outro direcionamento. Mostra brevemente alguns exemplos e formas de atendimentos em andamento no município.

Moderadora sinaliza que o convidado André está a caminho, mas fará a fala quando chegar se houver tempo.

Perguntas

Fernanda Simon: Agradece as presenças da mesa. Pergunta sobre os recursos. Ao Nilcio, de onde vem os recursos? Relembra a experiência do município do Conde, nesta mesa focamos nas experiências de SP. Em Conde, atualizaram o levantamento cadastral e com

isso aumentou a arrecadação de IPTU, podendo fazer políticas públicas, e uma delas o escritório público de ATHIS. Questionar qual a possibilidade de aumentar a arrecadação do município, se há um estudo que demonstre.

Debora Sanches: Sinaliza que ver na prática é uma experiência maravilhosa. Questiona: Como poderia ter um cadastro de profissionais habilitados para trabalhar com ATHIS? O que acham que seria o papel dos CAUs para contribuir com esse cadastro? Como trabalhar com profissionais em geral, não só recém-formados.

Arlindo Amaro: Quer saber da preparação dos profissionais, principalmente nas áreas de mangue, ou com problemas sérios no solo. Como preparar um recém-formado para fazer a parte estrutural? Até mesmo os mais velhos têm dúvida, deve-se contratar profissionais especializados para complementar. Sugere aprofundar mais nisso para que não haja problemas futuros. Na questão do HIS, fala-se de 1 banheiro para a moradia, muitas vezes as pessoas mais carentes têm família maior, sugere reflexão sobre a quantidade de banheiros adequada para além do que a legislação define.

Bruna - A população não sabe que o direito existe, é moradora da Brasilândia e soube por acaso do evento. Ouve que os recém-formados devem ser o foco da divulgação, e a população, quando será informada? Achou que seria algo mais objetivo, mas viu a conversa mais voltada para quem já é do meio. Quando se fala HIS, se pensa em COHAB em moradias distantes. Pelo que entendeu, com a lei pode-se construir onde quiser. Será necessário um esforço tão grande para convencer a população da importância do arquiteto? Se divulgar a possibilidade de sair do aluguel, muitas pessoas irão se interessar. Quantas pessoas que poderiam receber o direito estão aqui?

Raíssa - Pref. de Franco da Rocha. - Como é feito o cadastramento dos profissionais, arquitetos, engenheiros, assistentes sociais? Como é feita a remuneração dos profissionais, quais os critérios e de onde vem os recursos? Se há nas prefeituras um trabalho relacionado a prevenção de riscos? Não apenas no pós-desastre mas de prevenção. Em Franco da Rocha estão discutindo a lei de ATHIS, focado na prevenção do risco e um dos gargalos é a remuneração dos profissionais.

Marcela - Pref. de Limeira - Parabeniza os representantes das prefeituras, sabem a dificuldade de ter ATHIS como uma política pública estruturada. Pergunta para Juliana, sobre o Condomínio Urbano Simples, em Limeira tem uma prática difícil com o oficial de registro de imóveis, quer saber se já se efetivou em Bertioga. Para Nilcio, um dos critérios, mencionou o valor ou área da implantação, prefeitura tem recursos para execução das obras? Para todos, no que tange o orçamento, se o orçamento usado na política estruturada é somente municipal ou se em algum momento teve relação com recursos repassados do gov. estadual ou federal?

Celso Sampaio - Parabeniza a organização e a mesa. Duas perguntas: Como tem enfrentado a situação de problemas específicos sobre a integridade das construções, principalmente em Melhorias Habitacionais? Como tem resolvido o recolhimento de RRT? Funcionários públicos tem restrições, mas entende que deve ser recolhido.

Priscila – Vitória (ES) - Sobre o orçamento, sempre a grande questão é a orçamentária, de onde vem a verba? Sobre a seleção das famílias, se há um diagnóstico, há uma demanda grande, se há uma análise prévia das famílias que mais precisam? Qual o modelo de contratação dos arquitetos, se qualquer um pode concorrer a vaga?

Paulo - CAU/RS - Parabeniza as experiências dos municípios, no RS acompanham as experiências e sabem da dificuldade que é implantar ATHIS no município, no cenário que temos hoje. Recursos municipais para implantar é um desafio. Chamar a atenção que a Lei de ATHIS é para complementar, não vai resolver o problema da Habitação. Deve-se ter recursos pra novas unidades, e atender o déficit qualitativo. Resolver a habitação é uma questão da desigualdade social do país. A Lei está para ser um instrumento, devemos ter ideia da dimensão do que estamos enfrentando. É mais um instrumento e traz o arquiteto e engenheiro para apoiar. A academia está para complementar o trabalho técnico, ajudar na formação. Uma série de questões os estudantes podem apoiar, e o recém-formado quando sai tem a formação e capacidade para atuar nas áreas de HIS. Pede que detalhem a parceria das associações dos profissionais com a prefeitura.

Adriana - Pref. de Limeira - Está na equipe de ATHIS desde 2015, entendem perfeitamente cada um dos problemas pois passam por isso. Pergunta: Vocês têm feito alguma parceria público-privada para busca de recursos? Para Nilcio, detalhar mais os

escritórios no território, qual a estrutura do escritório, o que deve ser deixado no escritório? Considera fundamental que esteja próximo da comunidade. Provocação, sobre o profissional que trabalha com ATHIS, para recém-formado entende que é muito mais difícil trabalhar com ATHIS. Gostaria de saber onde estão os alunos, participando dos seminários. Há o esforço em promover debates, mas os estudantes não estão participando.

Claudia Pires - Parabenizar os esforços dos municípios. Provocações, sobre o código de obras que isenta o licenciamento de pequeno porte, obras civis de pequeno porte não passam pelo crivo dos licenciamentos. Sobre tributação e origem dos recursos, não viu citação dos instrumentos do estatuto das cidades, como instrumento urbanístico de arrecadação de mais-valia, não fala sobre os fundos e conselho municipal que deveria estar monitorando a política, como a legislação está neste sentido. Concorda que a política de ATHIS é acessória a política de Habitação de Interesse Social, deve ir além da política de moradia.

Lidia – Respondendo a Bruna, mesmo sendo um evento de entidade de classe, também sente falta do povo. Quando falamos de recursos é para pagar os recursos para arquitetos, não estamos falando de recursos para materiais e terreno. Estamos aqui tentando resolver uma parte do problema, é necessário que a gente se una, a gente se aparta do povo por vezes. Já ouvi de secretários que eu não poderia dar esperança pro povo, pois depois seria cobrado. Se quisermos de fato políticas públicas, estar do lado de quem está mais próximo, divulgar onde já é oferecida. Vamos precisar de mobilização popular, não virá de cima pra baixo.

Paula - Questão falando sobre o custo da habitação, o campo da ATHIS é muito amplo, se nas outras prefeituras há uma discussão sobre o teto dentro da melhoria habitacional. Se nesses casos valeria a pena uma reconstrução, até que ponto se enquadra como melhoria ou seria uma nova construção.

Vitor – Retoma que foi falado que não é uma forma de resolver o problema habitacional. Enquanto a casa for mercadoria não haverá como resolver. A ATHIS é a Defensoria para os advogados, deveria ser uma política pública. A melhor provocação foi da Bruna. Destaca o lugar dos arquitetos, não vão resolver os problemas do mundo, não conhece o povo e quando vai parece que está indo num zoológico. A pergunta dela tem razão,

onde dá assessoria em Americana, Paulínia e Limeira, as pessoas sabem quem é o arquiteto. Em Cuba tem o arquiteto do bairro. Se não está na comunidade não é reconhecido. Deve-se falar a verdade pro povo, não é vender ilusão. Debater e mostrar pro povo que tem a legislação, se não tiver a comunidade apoiando não vai sair ATHIS como política de estado. Todo mundo sabe o que é REURB, uma lei muito mais complicada, e todos sabem. Como vocês explicam pra comunidade o que é assistência técnica. Ela não pode sair daqui frustrada por não saber o que é a lei e como aplicar.

Moderadora - André da Prefeitura de Louveira, chegou e vai falar por 5 minutos. Pede que a mesa responda de forma breve. Sugere para as colegas da CATHIS que organize um evento somente com prefeituras, apenas uma mesa não é o suficiente para discutir o assunto.

André Queiroz Guimarães – Coordenador de Habitação e Ação Social da Prefeitura Municipal de Louveira- Se desculpa pelo atraso, agradece a organização. Inicia a fala sinalizando que estão fazendo a revisão do PLHIS, que compreende ATHIS e regularização fundiária. Louveira é um município de 50 mil habitantes, com mais de 20 núcleos informais consolidados, e 2 assentamentos precários serão realocados. Ressalta que sobre a irregularidade fundiária, na Lei 13.465 há um artigo que regulamenta e define que teoricamente não precisaria do técnico. Em Jundiá tem sido averbadas construções dessa forma. Entenderam que não era o melhor caminho, pois o olhar técnico nas edificações e auxiliar nas que estavam em construção, estão elaborando um projeto de Lei para atender as regularizações.

Fala sobre o programa de Lotes urbanizados, foram produzidas 1.300 unidades habitacionais, a maioria são lotes urbanizados com autoconstrução, algumas com auxílio de cesta de materiais, muitas casas inacabadas sem muros de arrimo. Pegaram a demanda que vem da irregularidade fundiária, dos loteamentos implantados pela prefeitura e nova produção.

Atualmente, a ideia é criar novas figuras, como o Construcard da Caixa no nível municipal dentro do teto do Programa Casa Verde Amarela de R\$22 mil por unidade, outro cartão construção, para quem adquire o lote e não tem condições de construir, e o cartão eco, com sustentabilidade nos assentamentos existentes. Em todos eles previu o atendimento de assistência técnica. Ampliou a faixa de renda para até 5 salários

mínimos, sendo prioritário para até 3 SM. Sinaliza as dificuldades: como vão pagar os profissionais? Cadastro como tem a defensoria pública, nesse formato o município tem dificuldade de aceitar esse tipo de pagamento. Faz o cadastro, chamamento público e habilita as pessoas. Segunda possibilidade, termo de convênio com associação ou entidade representativa, o setor financeiro da prefeitura aceita com mais facilidade, portanto estão direcionando neste caminho. É uma política nova, mas o município já fez ATHIS há mais de 20 anos atrás com contratação de assessorias como Usina.

Respostas da Mesa

Elvis (Suzano) – Pretende fazer um resumo dos temas paralelos a todos os discursos. Agradecer a Bruna, e o que o Vitor também fala é importante. É necessário abrir mais os debates para a população, os temas da ATHIS e políticas públicas precisam ir para a rua. Não necessariamente conhecer a lei, mas conhecer os direitos. Em Suzano temos isso de forma muito clara, primeiro município do país que implementou ATHIS. Agradece a dedicação do Luís Miguel, que na época era conselheiro das cidades e secretário no município. Entre os temas que permearam, o orçamento. Desde que nasceu a lei tem orçamento próprio. Não é uma tarefa fácil dialogar com a secretaria de finanças, demonstrar que não usou todo o previsto por exemplo. Destaca a dificuldade de chegar na população, e a importância da parceria com profissionais e associações. Quem cuida da listagem das famílias é a associação. Hoje remunera o profissional com 1 salário-mínimo para aprovar o projeto e acompanhar a obra, pois é um trabalho social, uma contribuição que a associação está dando para a sociedade. Dentro de um panorama maior, não temos política habitacional no país, quanto tempo leva para termos retorno? Os municípios devem se mexer enquanto não chega. A ATHIS é uma parte pequena. Uma experiência bacana que estão fazendo agora, é parceria com a empresa da linha férrea com famílias que estão em área de risco da linha, a empresa custeia as novas residências. Removeram mais de 700 famílias das áreas de risco e foram reassentadas. Por que não fazemos mais? Falta política pública federal, desafios com unidades não finalizadas que foram ocupadas. O desafio é a assistência, é um aporte que é importante ter profissional para fazer o projeto dentro da estrutura das famílias, não temos apoio com recurso para a construção. Tivemos a experiência da cesta de construção, mas não é para todos. Em Suzano considera a assistência, por isso está dentro da associação,

além de tudo os técnicos podem conversar entre si para tirar dúvidas sobre os casos, trocar mais.

André (Bertioga) - A ideia é que o aporte de recursos no programa seja feito pelo Fundo Municipal de HIS, mas ainda depende de fonte de recursos. Uma das estratégias da lei é que os recursos sejam destinados para o fundo. O distanciamento não é só da população, também dos profissionais que só querem ficar na Riviera de São Lourenço, fazendo paisagismo e decoração. Alguns profissionais não conhecem a própria cidade. Sobre a aplicação da lei, reforça a regularização fundiária, a partir do momento que se regulariza e entende que é o ponto de partida para a ATHIS, a pessoa deverá ir para a prefeitura para regularizar e ver a necessidade do profissional. Entende que o código de obras para essas áreas que passaram por REURB vai existir, e vai precisar de um profissional, não necessariamente ATHIS mas algum profissional. A população entende o que é REURB, e posteriormente espera-se que entenda o que é ATHIS.

Juliana (Bertioga) - Sobre o CAU, entende que deve levar o debate não somente para as prefeituras mas para as comunidades. As prefeituras estão distantes da comunidade. Há uma dificuldade de entender que é um direito, não é um favor que a prefeitura presta. Quando fazem reuniões para falar sobre, é difícil reunir pois a prefeitura é distante da população, e estes pensam que não vão resolver o problema. Ressalta o trabalho de conquista e diálogo com a população. Sobre o condomínio urbano simples, Bertioga não tem cartório, então remetem tudo para Santos. Conseguiram convencer o oficial sobre o processo de regularização fundiária, e tem mais de 10 núcleos registrados, construído junto com o cartório.

Nilcio (Taboão da Serra) – Sobre o recurso, trabalham com recurso municipal, mas sempre vislumbra outras possibilidades de acessar outros recursos. Esforço para recuperar contratos do PAC, conseguimos retomar a vigência dos contratos que tinha perspectiva de recursos para melhorias habitacionais, por exemplo. Fora isso estão buscando alternativas, através da parceria com Mackenzie para a formação de residentes por exemplo. A busca de recursos é para toda a política habitacional, não apenas ATHIS. Todos os instrumentos arrecadatários estão sendo utilizados para o FUNDURB. Uma das estratégias seria o Fundo de Saneamento integrado, que conseguiram homologar agora. Sobre o risco, buscamos uma multidisciplinariedade no

programa, não vamos trabalhar apenas com arquitetos, mas em equipe multidisciplinar com engenheiros e assistentes sociais. Sobre a territorialização da ação, acredito que o estado terá que fazer esse investimento, ter servidores de carreira nesses espaços. Isso acontecerá, espera que a curto prazo, com previsão orçamentária e uma reforma administrativa que prevê isso. Além disso, as parcerias com o CAU, associações, buscando parcerias para efetivar o programa. Sobre a RRT, quem tem assumido as responsabilidades técnicas são livres nomeados, espera-se que no futuro sejam servidores de carreira, que assumam a responsabilidade.

Moderadora - Agradece a participação. Fala sobre o guia para os municípios desenvolvidos pela CATHIS. Mesa encerrada.

5. Mesa 5 – Orçamento Público para ATHIS

Alessandra D'Ávila Vieira – Diretora Departamento de Articulação e Planejamento
Secretaria Nacional de Habitação (SNH)/ Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR)

Ursula Dias Peres – pesquisada CEM/Cebrap (Centro de Estudos da Metrópole da USP) –
não compareceu

Renato Balbim – Pesquisador IPEA

Paulo Teixeira - Deputado Federal – não compareceu

Ana Cristina Barreiros e Antonio Couto – Rede de ATHIS do CAU/BR e Fundo Nacional de
ATHIS

Moderação: Camila Moreno de Camargo – CATHIS-CAU/SP

Relatoria: Tereza Herling – BR Cidades

Perspectiva Federal - Alessandra D'Ávila Vieira

Diretora do Departamento de Articulação e Planejamento

Secretaria Nacional de Habitação

Ministério do Desenvolvimento Regional

Historicamente o governo federal teve uma ênfase nos programas de enfrentamento do déficit habitacional, que demanda a produção de novas unidades habitacionais. Hoje o

déficit habitacional, decorrente da soma dos domicílios com ônus excessivo com aluguel, coabitação familiar e habitação precária com necessidade de substituição), atinge 5,9 milhões de domicílios. Soma-se a esse déficit uma demanda futura de 1,2 milhão de novos domicílios por ano.

Já a inadequação habitacional demanda ações de urbanização, implementação de infraestrutura, sem necessidade de produção de novas unidades. Atualmente essa condição atinge 24,9 milhões de domicílios. Neste contexto, há ainda aqueles domicílios que apresentam alguma inadequação em sua construção (a chamada inadequação edilícia), que soma hoje 11,25 milhões de domicílios (16% do total de domicílios do país). Essa inadequação abrange a inexistência de banheiro, armazenamento inadequado de água, piso inadequado, cobertura inadequada ou ainda todos os cômodos servindo de dormitório. Sabe-se que esses são indicadores mais fáceis de o recenseador do IBGE captar. Porém, sabe-se também que há outros problemas não considerados aqui, decorrentes de estrutura inadequada, instalações elétricas e hidráulicas inadequadas, entre outros.

Em resumo, há 40% dos domicílios brasileiros com algum tipo de problema e, por essa razão o governo federal tem incentivado o apoio de ATHIS à inadequação, pelo impacto que essa ação pode representar.

Há dois tipos de assistência técnica – uma só de projeto propriamente e outra vinculada a um benefício habitacional (entrega de uma unidade habitacional, ou uma casa reformada, por exemplo).

Houve então um esforço de colocar o apoio específico à assistência técnica no FNHIS (Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social) – o Programa AT FNHIS vigente entre 2007 e 2011, especialmente logo após a aprovação da lei federal, que somou R\$118,5 milhões investidos em 903 operações. Porém, foi um programa que não vingou; as prefeituras pediam o repasse, porém tivemos 81% das operações canceladas e 19% concluídas, com investimento efetivado de R\$ 26 milhões em 166 operações. É necessário considerar o contexto dessa época, quando havia grande disponibilidade de recursos para urbanização e produção de novas moradias, o que gerou um certo desinteresse das prefeituras nesse programa. Infelizmente esse acabou sendo um

programa descontinuado. Teve casos também em que houve a assistência técnica e a prefeitura não tinha recursos para realizar as obras.

A assistência técnica associada a um benefício habitacional foi mais bem sucedida. O investimento em assistência técnica para a produção de novas unidades somou cerca de R\$ 200 milhões, aplicados no Programa MCMV Entidades e no Programa Nacional de Habitação Rural. No caso do PMCMV Entidades, os recursos foram aplicados em capacitação para autogestão (equivalentes a 3% do empreendimento), em trabalho social (equivalentes a 2% do empreendimento) e em administração do empreendimento (equivalente a 0,5% do empreendimento). No caso do PNHR, custeio de projeto e orientação técnica para a reforma da unidade era de R\$1.000,00 e o apoio à mobilização comunitária, trabalho social, capacitação profissional, geração de trabalho e renda ou educação sanitária e ambiental era de R\$700,00 por unidade.

Além desses, houve também previsão de investimentos em assistência técnica para melhorias habitacionais em operações de urbanização financiadas pelo PAC 1 e 2 (entre 2007 e 2014), da ordem de R\$ 1,95 bilhão, para beneficiar cerca de 111mil famílias. No entanto, essas metas foram sistematicamente reprogramadas e canceladas, pela dificuldade de operacionalização desse programa por meio de repasse federal, considerando os níveis de controle dentro dos contratos. Essa dificuldade vai sempre permear o controle de repasse de valores menores, considerando a operacionalização pela prefeitura na ponta.

Considerando a matriz dos programas federais, temos o enfrentamento ao déficit através da produção habitacional subsidiada, para famílias com renda de até R\$2.400,00, com necessidade de um subsídio de até 90%, dependendo do programa, e para famílias com renda até R\$ 4.400, com crédito subsidiado e um crédito acessível, mas não subsidiado para famílias com renda de até R\$8.000,00. Há os programas de urbanização, com a melhoria habitacional como uma camada específica das obras de urbanização e a necessidade de contratos específicos para essa ação.

Há a necessidade de formatar um modelo específico que saia do governo federal, cumpra com os controles estabelecidos e chegue às famílias; por serem valores menores, deve-se considerar que o custo do controle não pode ser maior do que o custo do benefício. O que vem sendo trabalhado é a melhoria habitacional subsidiada.

Dois programas vêm sendo elaborados. O primeiro trata da Cooperação Técnica com CAU-Br e Confea para definir sua regulamentação e a capacitação de profissionais para esse trabalho específico, que são as melhorias habitacionais para o enfrentamento da inadequação. Os objetivos dessa cooperação foram regulamentar os serviços de AT em melhoria habitacional; detalhar requisitos quanto à responsabilidade técnica e o escopo de atuação dos profissionais responsáveis pelos serviços de AT em programas de melhoria habitacional; capacitar e habilitar profissionais prestadores dos serviços de AT e apoiar a constituição de uma rede de profissionais na área.

O resultado da cooperação foi a regulamentação de um programa de melhorias subsidiado, que atrelou a regularização fundiária de núcleos urbanos informais com melhoria habitacional, subsidiada nas famílias com renda de até 2 s.m.. Para o governo federal, são considerados núcleos informais aqueles com famílias de até 5 s.m., sendo que o subsídio para melhorias habitacionais é apenas para 20% das famílias do núcleo, com até 2 s.m. de renda. O valor do subsídio é bastante alto, porque a família paga pela regularização fundiária o valor que varia de R\$50,00 a R\$170,00 no máximo, em uma parcela única (sendo que o investimento em regularização por lote é de R\$1.413,00). A melhoria habitacional é fornecida por kit de materiais por tipo de obra (construção/reforma de banheiro, novo cômodo, cobertura, fossa e sumidouro, instalações elétrica/hidráulicas, revestimentos, esquadrias e piso, acessibilidade) e as vistorias são amostrais.

Por uma questão de controle, a Caixa não quis operacionalizar esse financiamento, e a SNH contou então com o apoio das Cohabs. Isso dificultou a capilaridade das operações e a abrangência nacional. Ainda assim, os municípios se interessaram pelos recursos. De uma demanda de 1.054 apresentadas (no valor total de mais de R\$ 1,9bilhão), foram selecionadas 245, abrangendo 162 municípios e valores de R\$ 414milhões, destinados a regularização para 101.171 famílias e melhorias habitacionais para 20.234 domicílios.

O segundo programa está ainda em modelagem, que é o de financiamento de melhorias habitacionais, com foco do subsídio para as famílias de mais baixa renda, com parcela única de pagamento de R\$ 170,00, o que equivale a um subsídio de 90% do total da obra de melhoria, e a necessidade de crédito bastante acessível, menor do que os juros praticados pelas lojas locais, associado à assistência técnica obrigatória. Está em

andamento a contratação de um empréstimo com o BID para a formação de um fundo garantidor para diminuir o risco de crédito e viabilizar o crédito em escala. Com esse fundo garantidor, amplia-se o crédito para áreas irregulares, combinando-o com um controle de finalidade mais ágil. Com isso seria possível alavancar cerca de R\$ 2 bilhões para o programa, operado com recursos do FDS.

O controle de finalidade seria baseado em dois pilares: a assistência técnica compulsória (controle de qualidade da obra) e a digitalização para controle ágil, através do desenvolvimento de um sistema para acompanhar o financiamento, canal de comunicação entre o agente financeiro, o AT, o usuário e o gestor do programa.

Os desafios colocados até aqui são:

1. Garantir recursos continuados para apoiar as linhas de atuação existentes,
2. Diversificar agentes envolvidos na execução do programa, com atenção para a necessidade de abrangência de todo o território nacional, como por exemplo, a diversificação das Cohabs,
3. Apoiar a constituição de rede de profissionais habilitados para a prestação de serviços de melhorias habitacionais, a exemplo do que vem sendo pelo CAU,
4. Ampliar o escopo do programa permitindo a ampliação do uso de medidas de eficiência energética, consumo de água, e usos mistos para geração de renda,
5. Normas de repasse de recursos federais → formas de orçamentação e de acompanhamento específicas,
6. Constituição de modelo de transferências de recursos que permita ofertar apoio a serviços de assistência técnica continuada (por exemplo, por fundos).

Perspectiva CAU-BR - Ana Cristina Barreiros e Antonio Couto

Rede de ATHIS do CAU/BR e Fundo Nacional de ATHIS

Cristina se apresentou e, na qualidade de coordenadora da CPP (Comissão de Política Profissional) do CAU. Essa comissão investe no diálogo entre sociedade e profissionais.

Desde 2015 trouxemos as questões de assistência técnica para o Conselho, com ênfase nos últimos anos na habitação de interesse social.

A CPP busca também divulgar e dar conhecimento dessas ações, que resultaram em ações muito efetivas, como a destinação de 2% dos recursos do CAU para ATHIS, que surgiu como deliberação da CPP acatada pelo plenário do CAU. Também surgiu o RRT social, que é muito importante para quem trabalha com HIS, porque facilita o registro dos profissionais que trabalham com o tema. Porém, estas são ações que nascem de deliberações do Conselho e, portanto, frágeis, sujeitas a mudanças de acordo com a gestão.

A destinação de 2% da verba do CAU para fomento a ATHIS é uma inovação. Não há conhecimento de nenhum conselho profissional com essa política. O CAU tem feito isso de forma exemplar. Porém, os CAUs regionais (UFs) são bastante diversos. Por exemplo, o CAU Rondônia, que já foi presidido pela Cristina, tem arrecadação baixa. A arrecadação de 2% para ATHIS resultou em verba de apenas R\$20.000,00. CAUs menores não conseguem fazer muita coisa com esse valor. Então, começou-se a pensar em um fundo, na lógica do fundo de apoio, que recebe contribuição de todos os CAUs regionais, para redistribuir os investimentos para equalizar o atendimento aos usuários do sistema em cada UF. A CCP fez uma deliberação junto com a Comissão de Finanças, levou às UFs uma minuta. Neste momento, cada CAU/UF tinha uma visão diferente. E então o CAU Brasil decidiu buscar outras referências com especialistas em fundos, dentre eles, o IPEA.

A gestão atual da Presidente Nadia tem dado bastante ênfase na defesa da moradia digna. No lançamento da Campanha Mais Arquitetos o CAU lembrou que são necessários recursos públicos para enfrentar o problema. Esse recurso investido pelo CAU não resolve o problema habitacional no país, mas sim estimula a formação de uma rede com participação de governos, CAU, Confea, Confederação Nacional dos Municípios (CNM) para fazer parcerias, divulgar à população seus direitos. E o CAU investe na formação profissional, no incentivo à arquitetura e engenharia públicas. A assessoria técnica não pode ser uma falta de opção profissional. Deve ser uma opção dentre tantas outras, deve ser qualificada, profissionalizada e valorizada. Precisa entrar na pauta da Comissão de Ensino e Formação. Nas universidades brasileiras do interior

do país não se fala em assistência técnica. Esse tema se localiza mais no Sudeste e no Sul. Cabe ao Conselho mostrar a importância do trabalho profissional de ATHIS.

Antonio apresentou um diagnóstico das ações que o CAU vem desenvolvendo desde 2015 na área da ATHIS. As ações começaram pelas UFs a partir de sua realidade e contexto, sem uma direção unificada. Estão realizando um diagnóstico mais claro, para ter um panorama da federação e um banco de experiências.

O Programa Mais Arquitetos, de 2021, procurou valorizar a formação profissional com foco na assistência técnica.

Foi feito um mapeamento das ações em ATHIS para o período de 2017 a 2021, para resgatar o histórico das ações, compreender quais ações foram exitosas e quais não, promover a troca de informações entre os CAUs UFs e propor ações mais assertivas para as próximas etapas. Foi importante perceber como cada CAU UF percebia e percebe o tema de ATHIS. No caso de São Paulo, por exemplo, existem muitas entidades, movimentos de moradia consolidados e há recursos no CAU-SP para poder viabilizar essa ação, enquanto outros CAUs não dispõem desses recursos. Outros exemplos estão apontados na apresentação:

- O CAU-RJ se entende como um articulador e impulsionador de práticas de assessoria e assistência técnica no Estado do Rio de Janeiro, que tem como uma das ações prioritárias difundir o campo para profissionais, estudantes em formação e agentes públicos ligados à ATHIS.
- No CAU-GO, se entende que o papel do CAU é de protagonista da conscientização da categoria sobre a atuação dentro de ATHIS. As universidades também têm papel importante e quando acontecem ações envolvendo projetos de extensão, o papel do CAU é fundamental no sentido do fomento e capacitação dos envolvidos.
- O CAU-RS visa, através de suas iniciativas, divulgar institucionalmente a Lei de ATHIS como política pública e apoiar ações para sua implementação junto aos órgãos públicos, sobretudo municípios e governos do estado.

- O CAU-SE reservou, em 2021, 2% de seu orçamento em ações de ATHIS e neste ano de 2022 ampliou para 6%, entendendo a importância de fomentarmos ações e políticas públicas para o tema.

Há também uma diversidade de composição dessa comissão de ATHIS, que varia de acordo com o tamanho e a quantidade de recursos destinados à ação, já que a arrecadação do CAU é baseada na quantidade de profissionais. Essas comissões podem ser temporárias, permanentes e/ou diretamente ligadas à presidência.

Quanto à utilização dos recursos, em 2021 os CAUs UFs investiram R\$ 5.750.692,20, com uma ampliação significativa (58,7%) com relação a 2020. Em função da pandemia alguns estados não investiram recursos em 2020. O CAU-SP se destaca, com investimento da ordem de 66% do investimento global. O CAU-BR investiu R\$ 1.029.770,00 que, somados aos investimentos regionais, totaliza R\$6.780.462,20. Lembrando que há UFs que, segundo o que foi efetivamente executado em 2021, investem menos de 2% e outros que chegam a mais de 6%. Muitas vezes essas UFs não têm equipes técnicas para efetivarem esses recursos. Já com relação à previsão, destacam-se dois estados – Rio Grande do Sul e Sergipe, que têm previsão de execução em torno de 6% dos recursos arrecadados para ATHIS. Rio Grande do Sul tem uma equipe técnica só trabalhando com ATHIS, o que explica sua atuação mais forte.

Segundo a apresentação projetada, a programação orçamentária dos CAU-UF e CAU-BR preveem uma ampliação de 14,46% de investimentos, em um total de R\$ 8.388.321,34. O destaque fica para o CAU-RS, que investirá 9,10% da sua receita. De 2017 a 2021, o investimento global do CAU foi de R\$ 15.089.357,57. Ao final de 2022, esse valor deve chegar a R\$ 23.477.678,91. É um valor que não resolve o problema, mas instiga o poder público a dar atenção para o problema.

Foram mapeadas ainda as 230 ações do CAU no tema, que engloba desde eventos, editais de patrocínio, de capacitação, de apoio técnico propriamente dito, entre outros. Este mapeamento vai subsidiar a elaboração de uma plataforma e um banco de dados sobre os projetos, com interfaces de gestão (CAU-BR e UFs e contratados) e pública, aberta à consulta geral para fortalecer a divulgação do tema.

Por exemplo, o trabalho desenvolvido pela Renata Coradin e pela Fabrícia Zulim, que desenvolveram os projetos do CANHEMA 2 e muitos não conhecem. Esse projeto foi patrocinado pelo CAU Brasil em 2015 e foi amplamente divulgado na época, com o tempo, no entanto, a informação vai se apagando. Essa nova plataforma pode disseminar o conhecimento para apoiar novas experiências.

Além dessa plataforma, o CAU-BR também vem desenvolvendo no biênio 2021-2022 as seguintes ações:

- Parcerias de Fomento, em 2021 foram beneficiadas 9 entidades nas 5 regiões do país, com um total de R\$ 1 milhão e em 2022, R\$1,5 milhão para 8 entidades, em processo de seleção sendo finalizado este mês de novembro, com prioridade de ação para as cidades que sofreram os impactos das mudanças climáticas;
- Campanhas publicitárias (+10 milhões de visualizações, um sucesso no foco de público), destinadas às periferias das grandes cidades, para que as comunidades tenham conhecimento do que é AT e como pode ser usada;
- Portal da Moradia Digna;
- Estruturação do Fundo de ATHIS (em parceria com IPEA);
- Rede ATHIS (entre os CAU/UF);
- Parcerias (como com o Ministério do Desenvolvimento Regional);
- ACT para capacitação em melhorias habitacionais;
- ACT para plataforma de conexão entre a família e o arquiteto;
- GT Sustentabilidade (capacitação);
- Plano Nacional de Habitação - Planhab 2040

Renato Balbim

Geógrafo urbanista, pesquisador IPEA

O Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA é uma instituição do governo federal, dedicada a elaborar, pesquisar e avaliar políticas públicas. Nesse sentido, o IPEA assinou um acordo com o CAU, no âmbito do Programa Mais Arquitetos e ATHIS em especial, visando elaborar viabilidade programática de ATHIS, para colocar a legislação

federal, a lei de ATHIS funcionando em toda a sua dimensão proposta, ou seja, de atendimento por ATHIS para todas as famílias com renda de até três salários-mínimos mensais.

A primeira questão é definir com clareza quem são esses beneficiários, que podemos definir como trouxe a Alessandra (SNH/MDR) que são 25 milhões de casas inadequadas. Em seguida, é necessário definir com clareza qual é o público-alvo, para o que precisamos ter uma política. Formulações vêm sendo feitas sobre essa política habitacional e nossa contribuição é sistematizar essas formulações e as experiências realizadas.

Sobre o financiamento, o artigo 3º da lei aponta que a garantia do direito se viabiliza pelo apoio financeiro da União aos entes federados. As ações devem ser planejadas de forma coordenada e sistêmica. Ressalta-se, no parágrafo 4 deste artigo, que a seleção dos beneficiários deve ser feita pelos órgãos colegiados municipais. Ou seja, dentro do SNHIS e de maneira federativa, o papel do município é essencial. Vamos lembrar de toda a dificuldade de executar na ponta as ações de ATHIS. Nosso papel é levantar todas essas dificuldades e apontar como um programa que quer colocar a legislação em funcionamento pode dirimir esses problemas.

O que pode ser o papel do CAU-BR e dos CAUs-UFs, que são papéis distintos que colaboram num sistema articulado. Por exemplo, o apoio à extensão universitária, que vai resvalar na questão de currículo, na relação com MEC é papel do CAU-BR. Uma matriz programática, isso pode ser elucidado.

Nesta parceria específica, há a necessidade de colocar o fundo em funcionamento. O trabalho deve desenhar uma modelagem de fundos - fundo público, fundo de direito privado, incluindo o próprio FDS (Fundo de Desenvolvimento Social, com recursos a fundo perdido), que podem ser alternativas ao Fundo do CAU para ATHIS. O trabalho deve então elaborar a modelagem institucional e programática, o público-alvo e beneficiários e os custos envolvidos para realizar tudo isso.

O IPEA vai propor uma modelagem lógica do que seria um programa de ATHIS. A modelagem lógica tem por objetivo identificar qual é efetivamente o problema. A partir daí, buscar as causas, as soluções, os impactos, os desafios e sobretudo os indicadores.

Essa estrutura de modelagem lógica já foi feita e aplicada na urbanização do Complexo do Alemão, uma metodologia chamada de modelagem lógica com engenharia reversa, porque já existia muita coisa contratada pela urbanização. A metodologia foi muito bem-sucedida e foi, posteriormente, aplicada para o PAC-UAP e para o PAT Sanear. A partir da identificação do problema é que se propõe colocar o Fundo ATHIS em funcionamento.

Debate aberto

Vítor, RS – Quando foi realizado o Primeiro Encontro Quitandinha 1962, a questão da coleta de lixo foi colocada como prioridade. Deveria ser realizado um estudo sobre a dimensão econômica da habitação e seu potencial de desenvolvimento econômico. E em seu potencial de desenvolvimento tecnológico.

Arlindo Amaro, SP – O custo da obra de uma casa de cerca de 100m² gira em torno de R\$ 150.000,00. As casas auto-construídas pela população com renda inferior a 3 s.m. não conseguem atingir um patamar mínimo de qualidade, além de ser construídas em áreas periféricas. Como fazer obra de qualidade e manter a casa no lugar adequado? Sem jogar na periferia sem infraestrutura? E o Plano Diretor trouxe a outorga onerosa, mas essa não atende a produção de habitação social.

Maura – Como o poder público pode fazer a ponte entre habitação e saúde de qualidade? O CAU teria como fazer esse debate com o poder público e mostrar que se tem muito mais saúde quando se tem moradia digna?

Lívia – A modelagem é focada na ATHIS ou há outras formas de produção de moradia digna?

Tatiana – Pergunta para Alessandra, há perspectiva de mudança na política habitacional?

Não se identificou – Há vinculação de orçamento público para assistência técnica?

Respostas e considerações finais

Alessandra – O tema da habitação é bastante complexo e envolve toda uma articulação entre os entes federativos, bem como entre a política habitacional e a de desenvolvimento urbano, desenvolvimento econômico, de tecnologia (PBPQH), entrelace entre essas discussões que é absolutamente necessário. Porém, esse não é um desafio federal. Se não houver municípios bem estruturados, pensando a sua política urbana, porque política de habitação depende de terra, projeto estruturado, boa seleção de beneficiários entre outros. Os recursos estão muito concentrados na União, e por isso ela deve estruturar linhas de financiamento que considerem a diversidade social e econômica de um país como o Brasil. Além dos municípios, os Estados devem colaborar. Há municípios desestruturados, pequenos, Estados têm que ser chamados a colaborar.

Quanto ao orçamento, hoje na LOA (Lei de Orçamento Anual) só tem 10% do que precisa para pagar obras em andamento. Para a habitação entrar na agenda, há uma expectativa de receber novos recursos, caso a revisão da LOA seja efetivada. Porém, devemos ter um olhar da oportunidade, do que é possível produzir de benefícios habitacionais com menos recursos; nesse contexto, ATHIS e regularização fundiária ganham oportunidade.

Cristina – É necessário investir mais na formação dos profissionais, valorizar a função social da arquitetura, bem como o trabalho profissional, que deve ser bem remunerado. Vamos continuar com o fundo, para render mais frutos com o orçamento que temos hoje.

Antonio – A política habitacional como política econômica já foi realizada pelo próprio MCMV foi uma política anticíclica para enfrentar a crise de 2008. Porém, há passivos. Há qualidade comprovada no MCMV-Entidades. Portanto, é importante construir a partir do que deu certo, sem jogar o que foi feito fora. A questão da saúde é também uma perspectiva importante, o impacto da moradia adequada na saúde da população é muito positivo. Uma ideia bonita pode ser colocar um arquiteto no posto de saúde, para fomentar ATHIS e ampliar as possibilidades de atuação. Além disso, é importante considerar as emendas parlamentares, para mobilizar recursos para a habitação. Um exemplo é a Residência Técnica da FAU Universidade de Brasília. O CAU tem um papel catalisador importante nesse sentido.

Renato – O IPEA existe para avaliar a política pública e esta avaliação é sempre crítica. Há muitos anos escrevi um artigo intitulado, Minha Casa, Minha Vida, Nosso Crescimento, onde fica a política habitacional? Criticando o governo, para pactuar que o esforço econômico anticíclico, mas a produção de cidade ficou para trás. Hoje eu defendo que a produção de cidades gere novas economias. Porque essa economia da cidade de 25 milhões de moradias inadequadas precisa ser trazida para dentro do PIB. Estudar tecnologias produtivas, construtivas etc, com ATHIS, para incluir o pobre dentro do orçamento, mas que a legislação seja transformada para trabalharmos com o Brasil como um país de todos. Levar a cidade até a informalidade.

A pressão da sociedade pode incentivar a articulação entre habitação e saúde. O tratamento de tuberculose custa quase uma casa! Mostrar esses dados pode contribuir para isso. A modelagem lógica pode contribuir para a construção de programas. Nesse momento, o trabalho do IPEA se restringe ao Programa Mais Arquitetos do CAU-BR para formatar o Fundo de ATHIS.

Apresentação da Comissão de ATHIS do CAU/SP

Fernanda Simon Cardoso – Coordenadora da Comissão de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social do CAU/SP – CATHIS-CAU/SP

6. Grupos de trabalho: Desafios e possibilidades para o campo da ATHIS

6.1 G1 – Regularização Fundiária, Urbanização de Assentamentos Precários e Acesso à Terra

Moderação: André Blanco - CATHIS-CAU/SP

Relatoria: Rosane Tierno - Advogada Popular e Conselheira do IBDU

Participantes:

André Guimaraes (Adv. Secretário de Louveira);

André Santana (arq. Secretário de Planejamento de Bertioga)

Assessora de Comunicação Louveira;

Assessor de Louveira;

Victor Chinaglia (Conselheiro CT-ATHIS);

Arlindo (Movimento Social Zona Leste São Paulo);

Mariana Cicuto (SASP/ProComum)

Objetivos da atividade

A atividade, parte do evento **II Ciclo de Debates Vivenciado ATHIS**, promovido pelo CAUSP teve como objetivo contribuir com o tema da **REURBS** para a **Carta de Compromisso de ATHIS do CAUSP**.

Descrição da atividade

A atividade ocorreu em sala de aula através de processo participativo, com duração de 2h30hs.

Resultados obtidos: Como o CAU pode contribuir com o tema REURBs:

1. Gestão da REURB participativa – (stakeholders/atores e parceiros);

Setor público, privado e OSC - sociedade civil organizada e movimentos sociais;

Ex: Prefeituras, Defensoria Pública, Ministério Público, Conselhos de classe (OAB) e afins, estaduais e municipais, OAB, Concessionárias de serviço público (água e energia), Governo do Estado (ITESP e Cidade Legal), SPU, universidade, etc.

Instrumentos:

a) Convênio de cooperação técnica;

b) Termos de Fomento (com recurso/fundos) por Chamamento ou contratação direta.

Objetivo: Criação de Metodologia e Instrumentos - Estabelecimento de critérios para priorização dos NUIs - (Núcleos Urbanos Informais), (TAC – Termo de Ajuste de Conduta) para fins – organização comunitária, infraestrutura, com Ação Civil Pública julgada, Publicização entre os partícipes do convênio da listagem e critérios,

Finalidade: Termo de fomento para projetos em conformidade com a listagem;

- a) PLs Municipais REURB – Planejamento urbano / Instrumentos de REURB – ATHIS

- b) Imprescindível a participação de arquiteto urbanista: cartografia de NUI e Athis;
- c) Objeto do Termo de Cooperação Técnica a fim de criar plano de fomento com a discussão de estratégia para elaboração participativa da política de regularização fundiária -REURB e ATHIS;
- d) Aprimorar, viabilizar a utilização mais objetiva do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC em parceria com OAB.
- e) Aprimorar instrumentos, minutas, contatos e convênios, para viabilizar e ampliar ações de ATHIS e REURBs com a OAB.

2. Recursos p/ REURB / - Pressupõe participação dos beneficiários

Objetivo: Obtenção de outras fontes de recursos

Finalidade: Viabilizar fomentos por fontes internacionais / Governo Federal e Estadual;

- a) Criação de Fundos Municipais ou de entes públicos consorciados ou metropolitanos. Fonte: contrapartida da Reurb S;
- b) Capacitação e aprimoramento e engajamento entre sociedade civil e profissionais;
- c) Promoção da pauta CAU e outras entidades - Incubar as Assessorias técnicas de caráter multidisciplinares;
- d) Monitoramento / acompanhamento dos destinos dos profissionais após a execução do edital de fomento (destinar recursos CAU) – medir a eficácia dos editais.

6.2. G2 – Melhorias Habitacionais e Arquitetura Pública

Moderação: Fernanda Simon Cardoso - CATHIS-CAU/SP

Relatoria: Nunes Reis - PEABIRU

- 1 – Apresentação dos participantes 6 participantes + relator (Nunes) + palestrante (Fefa Simon);
- 2 – Leitura da carta Compromisso Athis – Fefa Simon
- 3 – Exposição Fernanda Simon

- O CAU não tem atribuição para desenhar políticas públicas e muito menos para executá-las. No entanto, o CAU tem um papel político muito importante no diálogo com diversos setores da sociedade para defender a implementação de políticas;

Renata: Para mim, enquanto arquiteta, o CAU sempre representou a entidade que cobrava a anuidade dos arquitetos. Essa última gestão representou para mim uma revolução no posicionamento do CAU em relação à implementação de políticas de Athis;

Participante 2: Pergunta sobre as ferramentas que o CAU possui para indicar arquitetos para atuação em Athis;

Relator: Chama a atenção da importância das ações de athis numa perspectiva de implementação de Athis como política pública. Cita os casos dos editais que envolveu de residência que vai ser executado com a prefeitura de Taboão e os editais de athis para atuação em ocupações de favelas e prédios;

Pedro: Chamou a atenção para a necessidade de aprimorar as tabelas de custo para prestação de serviços via defensoria,

Celso Sampaio: Cita experiências suas com políticas públicas de athis em Santo André. Cita o caso de parcerias com a Peabiru e a Passo em comunidades de Santo André onde a prefeitura oferecia uma fundação em radier e as assessorias desenvolviam junto às famílias soluções de habitações adequadas à realidade das comunidades;

Fala também da necessidade de o CAU intervir junto ao governo federal para mobilizar os municípios a implementarem seus planos de habitação;

Necessidade de viabilizar recursos para viabilizar políticas de athis nas esferas federal, estadual e municipal;

Debate sobre a criação de um credenciamento de profissionais para atuar como athis. Pedro apresentou uma ideia de o CAU fazer um credenciamento de arquitetos para que as prefeituras possam contratar os arquitetos para implementar projetos de athis;

Fernanda sugeriu de o CAU oferecer para as prefeituras um credenciamento de arquitetos para que os mesmos possam acessar os serviços de arquitetos;

Fernanda: Outra questão importante a ser destacada é sobre a importância de pensar estratégias para que o CAU se aproxime da sociedade. Estratégias para informar a sociedade que essas têm direito à assistência de arquitetos e urbanistas;

Bianca: Respondendo a pergunta da Fernanda sobre como se aproximar mais da sociedade, fala da necessidade de articular com outras categorias profissionais (OAB, CRESS, Serviço público de saúde);

Celso: Fala de uma experiência com cortiços na gestão marta onde os arquitetos iam aos cortiços na companhia das equipes de saúde;

Fernanda: Athis como política de Estado. Proposta de incidir na transição de governo com o intuito de incluir a pauta da athis no programa do governo federal. Pedro e Celso defendem a necessidade fortalecer ações qualitativas (menos quantitativas);

Nunes/Pedro: Fomentar a participação dos arquitetos e suas representações nos conselhos municipais, federais e estaduais de habitação e política urbana;

Pedro: Chama a atenção para o diálogo com os CFTs (Conselho Federal de Técnicos), conselho que inclui o s técnicos de edificações.

6.3 G3 – População em Situação de Rua

Moderação: Luiz Kohara (Gaspar Garcia) e Anderson Lopes Miranda (MNLDPDR- Movimento Nacional de Lutas e Defesa da População em Situação de Rua)

Relatoria: Liana Paula Perez de Oliveira

Participantes:

Maura Augusta (CONAM, Associação Projeto Gerações)

Silvia (estudante Mack)

Luiza (mestrado psicologia social)

Amanda (arquiteta – Pós graduação na Escola da Cidade)

João Batista (Conselho de Assistência social e saúde em Diadema)

Zeca (revista OCA)

Ingrid (Gerente geral e coordenadora ATHIS Roraima)

André Mafra (Escritório de arquitetura em Santos)

Marcos César (Arquiteto e urbanista– United Nations Volunteer - UNV)

1. Objetivos da atividade

A atividade, parte do evento **II Ciclo de Debates Vivenciado ATHIS**, promovido pelo CAUSP teve como objetivo contribuir com o tema da **população em situação de rua** para a **Carta de Compromisso de ATHIS do CAUSP**.

2. Descrição da atividade

A atividade ocorreu em sala de aula através de processo participativo, com duração de 2h30hs.

3. Resultados obtidos: Como o CAU pode contribuir com o tema da População em Situação de Rua?

- Firmar parceria junto ao Ministério Público e Defensoria Pública para a atuação junto à população de rua;
- Considerar que a pauta da População em Situação de Rua seja uma subdivisão dentro da ATHIS. (Formação de uma rede ATHIS com foco na População em situação de rua);
- Garantir editais específicos, direcionados para esse tema, com um percentual de verbas, ou fomentos específicos para atividades e propostas para a população em situação de rua
- Capacitar arquitetos e estudantes de arquitetura para trabalhar com esse público. Dentro do tema, é importante a aproximação junto aos escritórios modelo das universidades – EMAUS);
- Estabelecer diálogo não só com a Secretaria de Habitação, mas também da Educação, da Saúde, da Cultura, visando uma abordagem transdisciplinar;
- Contribuir para o cadastro e mensuração dessa população no Estado;
- Fomentar campanhas e atividades junto à população em situação de rua com o intuito de quebrar preconceitos e trabalhar a sua “invisibilidade”;

- Potencializar movimentos da população em situação de rua no mapeamento dos imóveis passíveis de ocupação e fiscalizar a situação de imóveis já concedidos pelo poder público;
- Apresentar ao poder público e apoiar as experiências e propostas de projetos existentes voltados para moradia para a população em situação de rua;
- Denunciar ações do poder público para impedir que a população de rua acesse espaços e serviços público e apoiar seu direito à cidade (banheiros públicos, mobiliário urbano...);
- Dialogar com os outros Conselhos de Arquitetura e Urbanismo – de outros estados – com vistas a compartilhar experiências.

6.4 G4 – ATHIS, Movimentos Sociais, Gênero e Raça

Moderação: Thais Borges Martins Rodrigues - CATHIS-CAU/SP e Graça Xavier - UMM

Relatoria: Viviane Rubio - CATHIS-CAU/SP

DINÂMICA DE APRESENTAÇÃO DO GRUPO

Graça Xavier - Advogada especialista em políticas públicas, movimentos populares e de mulheres

Livia de Salvi Lazaneo - Arquiteta da Prefeitura de Limeira

Bruna Pereira - Técnica em edificações, estudante de Engenharia

Temas discutidos: Protagonismo feminino; direito à cidade; Preconceito; racismo; machismo; participação popular; capacitação; educação e ativismo político.

O Protagonismo feminino é um fato na categoria, apesar de pouco reconhecido, uma vez que o espaço ainda é priorizado aos homens. Durante a formação é comum ouvir que os homens apesar de menor numero tem melhor desempenho e, portanto, na vida profissional terão melhores oportunidades, empregos, melhores salários e maior destaque.

Quanto a raça, onde estão as arquitetas e arquitetos negros.

Imagina-se que mesmo que a vivência tenha sido de maior dificuldade, se há oportunidade e acesso há um processo de apagamento ou de negação daquele universo.

O conceito de direito é muito discutido nos movimentos sociais, pois as cidades foram produzidas para as classes dominantes, expulsando as de menor renda para lugares precários e distantes das oportunidades e benesses oferecidas pela cidade.

Os movimentos populares, diferentemente de décadas anteriores, hoje são agentes da pesquisa e construção de conhecimento e tem construído não só ativismo, mas também a prática da investigação e reconhecimento do território da cidade, tentando identificar as relações quanto as condições da estrutura urbana e o lugar de moradia das classes sociais.

O grupo discutiu a situação da mulher e da população pobre, negra na sociedade brasileira, que é estamental escravista.

Se não fosse a rivalidade feminina, o patriarcado não teria perdurado na história da humanidade. A sociedade atribui a mulher a obrigação das multirefadas, da responsabilidade da criação dos filhos, da perfeita atuação no mercado de trabalho, desse modo dificultando o crescimento pessoal e a atuação como agente de transformação pessoal e da sociedade.

O processo de escravidão é revisitado constantemente, seja na definição do lugar de moradia da população pobre, preta, e também mundo do trabalho, onde também há a precarização.

Os movimentos sociais são um canal de comunicação dos profissionais junto à população que mais precisa do trabalho do arquiteto.

As ações para a melhoria da qualidade de vida da população pobre deve ser uma questão de humanidade.

O acesso à educação deve ser ampliado desde a base até a universidade.

A universidade deve ser agente de aproximação e ação junto à população pobre e os lugares precários.

Encaminhamentos:

Como o conselho pode contribuir para a transformação da mentalidade da sociedade para que as oportunidades e benesses sejam distribuídas equitativamente.

Valorização do protagonismo feminino na profissão;

Identificar os arquitetos e arquitetas negras no Brasil;

Incentivar a formação de novas lideranças femininas;

Apresentar a população a atuação do profissional arquiteto e sua importância na transformação da cidade, principalmente dos lugares precários;

Aproximar e valorizar o trabalho dos movimentos sociais na promoção da melhoria de vida da população que vive na precariedade;

Contribuir para a aproximação das universidades aos movimentos populares;

Recomendar à municipalidade a simplificação e agilização dos processos de licenciamento, principalmente nas regiões onde vive a população de baixa renda, inclusive com a formação dos conselhos gestores das Zonas de Especial Interesse Social.

Fomentar junto aos movimentos sociais e as universidades na promoção de cursos de capacitação para a formação de mão-de-obra feminina para o trabalho na construção civil.

Fomentar o associativismo e cooperativismo.

Valorização dos projetos que se aproximem das demandas reais da população.

Indicação de leitura:

Mulheres da União em Luta! Na construção do Direito à Cidade.

União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM)

União nacional por Moradia Popular (UNMP)

Rede Mulher e Habitat América Latina e Caribe

2020

6.5 G5 – Autogestão na produção de Habitação de Interesse Social

Moderação: Edilson Mineiro (UMM)

Relatoria: - Monica Vianna CPUAT-CAU/SP

Participantes: 10 pessoas, sendo 08 participantes + moderador e relatora;

Rodada de apresentações:

1. Renata - Ambiente Assessoria e membro da UMM;
2. Adriana – Servidora pública da Prefeitura de Limeira, trabalha na área;
3. Luiz Bessa – arquiteto e urbanista de Iguape;
4. Cordeliza – arquiteta e urbanista de São Paulo, trabalha com moradia para funcionários públicos;
5. Gustavo – arquiteto e urbanista formado pelo Mackenzie, recenseador do IBGE;
6. Flávia – gerente técnica do CAU/AP tem interesse no tema, com objetivo de fomentar ATHIS no Estado;
7. André – arquiteto e urbanista, faz pesquisa na graduação na área de habitação, presta serviço ao mercado imobiliário, tem interesse no assunto;
8. Marciana – arquiteta e urbanista que trabalha com Athis na defensoria pública com a elaboração de projetos na área;

Edilson faz uma pequena introdução sobre a tarefa desse grupo: fazer o debate a partir da Carta de AThis e responder à pergunta: **Como CAU pode contribuir para consolidar as ações no campo de ATHIS, dentro do tema do G5?**

- **Introdução sobre Autogestão na moradia popular (Edilson):** deve ser feita a partir de alguns princípios e estratégias: processo sem fins lucrativos, por meio de cooperativas habitacionais que tem por princípio a ajuda mútua. Pressupõe a gestão democrática da produção de habitação com a participação de todos no processo; ideia da economia solidária. Tripé da Autogestão tem três pilares: 1. Existência de uma associação organizada; 2. Assessoria técnica ao coletivo; 3. Poder público atuante. Trata-se de um processo participativo de produção, inspirado na experiência do Uruguai;

- **Leitura da Carta:** mutirão entre os participantes do grupo;

- Edilson: breve fala sobre a Lei de ATHIS de 2008 para contextualizar o tema, o debate e como ela se aplica nos municípios.

- Abertura para contribuições dos participantes sobre o tema:

- Promover iniciativas junto aos deputados e senadores (parlamento) para formular leis que nos dê suporte para captação de recursos para habitação com parte dos impostos das empresas, semelhante a Lei Rouanet e Lei Pelé;
- Parcerias do poder público com a iniciativa privada, como o caso de Limeira e Matão com uma empresa privada internacional, para fomentar assistência técnica em questões sanitárias (banheiro, melhorias pontuais, etc); Todavia, há a necessidade de se dar segurança jurídica a esse tipo de parceria;
- Aproveitar a experiência do programa público de autogestão dentro do MCMV Entidades como política pública que possibilitou vários avanços, mas cabe adequações para se tornar uma política pública permanente. Importante chamar as assessorias técnicas para participar da elaboração de políticas públicas de ATHIS; reivindicar políticas públicas permanentes a partir dessa experiência que já tem 13 anos de existência;
- CAU chamar os arquitetos e urbanistas para participar desse processo e fomentar debates e a difusão junto aos profissionais, universidades e sociedade sobre o tema;
- Prestar assistência técnica às Associações de moradia para se aprender o caminho a seguir, como buscar recursos, elaborar orçamento, viabilidade e acesso a aquisição da terra (nó da terra); exemplo: cartilhas como da SECOVI sobre licenciamento urbanístico;
- É preciso ter programas para democratização de acesso à terra e para ter formas de financiamento para obter os recursos para construir as moradias;
- Importante buscar se associar a outros movimentos de moradia para articular ações conjuntas para fortalecer os pleitos e as ações no coletivo;
- O CAU fomentar a realização de ATHIS e da Autogestão em áreas rurais, buscando fomentar e utilizar tecnologias alternativas adaptadas as características dessas áreas, como uso de madeira, aço etc;

- A crítica a HMP que acaba beneficiando em especial as construtoras, o mercado imobiliário, e que o foco, a prioridade deveria ser HIS;
- Maior Fiscalização do uso dos recursos da Outorga Onerosa;
- O CAU contribuir na fiscalização nas questões urbanas na área de urbanismo, em especial em relação aos Planos Diretores e o desafio que é a sua implementação;
- O CAU promover esclarecimentos junto a Sociedade Civil para poder capacitar e empoderar a população no tocante as questões urbanas e habitacionais;
- O CAU reforçar o debate e a difusão sobre a legislação urbanística para a população;
- Disseminar o ensino de arquitetura e urbanismo junto a população, através de oficinas de ATHIS para promover projetos de casa popular de forma participativa, junto aos profissionais arquitetos urbanistas;
- Valorização do arquiteto e urbanista para que a população saiba o papel do profissional e como ele pode contribuir na elaboração de projetos e obras para melhorar a condição de vida das pessoas;
- Chamamento das organizações civis para debater a legislação urbanística, como por exemplo a revisão do Plano Diretor de São Paulo;
- O CAU organizar os arquitetos e urbanistas e pressionar o poder público;
- Fomentar e realizar debates com a participação de profissionais e das assessorias técnicas para debater a legislação e as políticas públicas;
- O CAU contribuir para a capacitação da população, respeitando o saber popular, e contribuindo para que os arquitetos e urbanistas possam projetar para o coletivo.

Após essa rodada de debates a relatora fez uma síntese das contribuições e debates realizados aos presentes, sendo aprovada por todos(as) participantes e sistematizada neste relatório para exposição na plenária final do evento.

7 G6 – Fundo Nacional de ATHIS

Moderação: Antonio Couto - Assessor CAU/BR

Relatoria: Camila Moreno de Camargo - CATHIS-CAU/SP

A mesa contou com a participação de conselheiros de distintos CAU/UF, gestores públicos e, virtualmente, com equipe do CAU/BR que vem trabalhando a proposta de criação do Fundo Nacional de ATHIS do CAU.

O moderador fez uma introdução, apresentando os objetivos da mesa e fez a leitura da CARTA COMPROMISSO DE ATHIS DO CAU/SP. Visto o interesse dos participantes e considerando o título da mesa “Fundo Nacional de ATHIS”, centrou-se a discussão nessa proposta do CAU.

Dessa perspectiva, o moderador apresentou a proposta de criação de um fundo nacional de ATHIS a partir do CAU, que objetiva ampliar as condições de implementação da Lei de ATHIS, bem como o impacto dessas ações e a escala, visando dessa forma equilibrar a destinação de recursos para ATHIS em todo o país, considerando distintas receitas de arrecadação entre os CAU/UF. Mencionou que foram feitas duas oficinas sobre o Fundo junto aos CAUs/UF, que resultaram na necessidade de se construir outras possibilidades de composição do fundo, incluindo aportes de órgãos internacionais, por exemplo (com um CNPJ específico), pelo qual o CAU/BR estabeleceu parceria com o IPEA (Renato Balbim).

Alguns aspectos debatidos nesse processo: Assessoria/ Assistência Técnica x Empreendedorismo Social; política pública x impacto social

Camila esclareceu que o Fundo de Apoio, que atualmente opera no sistema federativo do CAU para reduzir as discrepâncias do sistema (alguns CAU UF com menos de mil arquitetos registrados e o outros, como SP, com milhares) ficou, inicialmente, vinculado a uma ideia de repasse, mas sem vínculo com projetos/ações específicos. E que hoje o CAU/SP repassa recursos para outros CAUs/UF menores pagarem contas, no âmbito do Fundo de Apoio, mas eles não se desenvolvem efetivamente com esse recurso adicional, apenas bancam o básico da estrutura. Nesse sentido, discutir o Fundo de ATHIS nesses outros termos, diz respeito a discutir um fundo programático, ampliando possibilidades.

Renato Balbim explicou a diferenças entre tipos de fundos existentes atualmente. O grande salto de discussão foi compreender o fundo de modo programático, com estrutura executora, conselho gestor, etc.

Arq. Claudia Pires ponderou que o fundo para assistência técnica poderia estar atrelado a um fundo para modernização das entidades representativas do campo da AU, que poderiam contribuir com o Conselho Gestor, bem como outros órgãos que por ventura aportarem recursos. Para ela, a CPFi deveria estudar a possibilidade de uso de superávit (recursos não executados) para o fundo.

Antonio ressaltou que o superávit já tem autorização para utilização em projetos especiais, como é o caso do CAU/RS, que usa recursos de superávit para viabilizar o projeto Nenhuma Casa sem Banheiro sem comprometer recursos de arrecadação corrente, referente ao RRT e anuidades.

Os participantes presentes discutiram a necessidade de reequilíbrio orçamentário entre estados e a dificuldade de estabelecer diálogos entre outros CAUs (distâncias, recursos). Ponderou-se se seria papel do Conselho de Arquitetura e Urbanismo criar um fundo atrelado a política pública; as dificuldades de remuneração do profissional que trabalha com ATHIS; e que o fundo só seria válido se o repasse de recursos estiver atrelado a diretrizes e a determinada estrutura para seu uso. Foram mencionados alguns arranjos de organograma estabelecidos em diferentes CAU/UF para tratar de ATHIS.

Estabeleceu-se a necessidade de se contemplar diferentes desenhos de execução dos recursos e um maior vínculo e novos paradigmas entre Fiscalização e ATHIS, pensando a ATHIS como ferramenta para incrementar a fiscalização, na perspectiva de uma moeda de troca com prefeituras.

Importante a fala da gestora da PMLimeira de que há, nos municípios, vários exemplos de implementação da Lei de ATHIS diferentes, mas falta recursos. Por outro lado, junto ao CAU, há recursos e um modelo mais restrito de implementação. O fundo pode ser uma saída em se pensar execuções mais diversas, para além do formato atual que se baseia na Lei 13.019/2014 e engessa muito a forma de atuação do CAU e das entidades participantes.

Programação - Dia 05/11

7. Visitas em áreas que receberam fomento de ATHIS

7.1 Projeto “Neusa Paviato de Melhorias Habitacionais da Comuna da Terra Irmã

Alberta

Os conselheiros da CATHIS CAUSP Débora Sanches e Maurilio Chiaretti em conjunto com conselheiros do CAU Amapá e demais, acompanharam a visita no local onde foi realizado o curso de “Canteiro Escola” que insere-se nas atividades do projeto “Neusa Paviato de Melhorias Habitacionais da Comuna da Terra Irmã Alberta”, promovido pelo “Instituto Técnico de Ensino, Pesquisa e Extensão em Agroecologia Laudenor de Souza”, que receberam apoio, por meio do edital de fomento à assessoria técnica à habitação de interesse social - ATHIS de 2021.



7.2 Projeto Ocupação Anchieta, Grajaú

A conselheira Fernanda Simon acompanhou a visita com outros participantes e dirigentes da Assessoria Técnica Peabiru.tca, onde elabora, junto com a comunidade, um plano de urbanização e construção de 51 casas-embrião por meio de mutirão.

Ao longo deste trabalho, os arquitetos vão orientando os moradores na remoção de alguns barracos para abrir ruas que darão acesso a todos os lotes com segurança. Um trabalho árduo, que envolve muita conversa e negociação.

Em paralelo, os lotes foram demarcados e as casas-embrião estão sendo construídas. Foi realizado um curso para capacitação da mão de obra local para fazer esse trabalho.

Dessa forma, os moradores sabem que podem investir em uma residência de caráter mais definitivo, pois o objetivo é fazer a regularização fundiária a partir do plano elaborado.

A grande diferença que a Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social pode fazer na vida das pessoas!



7.3 Conjunto Alexios Jafet

As conselheiras da CATHIS Renata Coradin e Tatiana Pimenta acompanharam a visita ao conjunto Alexios Jafet, projeto de autogestão e mutirão realizado pela assessoria Ambiente Trabalhos para o Meio Habitado.

O projeto “Da moradia ao bairro: qualificação do meio habitado, arquitetura no pós-ocupação de HIS e as potencialidades da atuação profissional” foi objeto do Termo de Fomento 001/2021 do CAU/SP.



